

## **UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA MULHER IDOSA**

**Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Educação  
Social e Intervenção Comunitária**

**Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro**

**Orientadora:**

**Professora Doutora Luísa Maria da Silva Delgado**

**2019, dezembro**



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**  
**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**



*“Poucos se atrevem a ver com os seus próprios olhos e a sentir com o seu próprio  
coração”.*

*Albert Einstein*

## Índice

Abreviaturas .....	5
Agradecimentos .....	6
Resumo .....	7
Palavras-chaves .....	8
Abstract .....	9
Capítulo I – Enquadramento Teórico .....	15
1. Conceitos de violência. ....	15
1.1. Violência de Género. ....	22
1.2. Violência sobre a pessoa idosa. ....	27
2. Dados Estatísticos .....	36
3. Perfil dos Agressores .....	40
4. Perfil das Vítimas .....	46
5. Intervenção de entidades de 1ª Linha .....	49
6. Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica. ....	53
7. Enquadramento Jurídico. ....	57
7.1. Breve Evolução Histórica .....	57
Capítulo II - Enquadramento Metodológico. ....	60
1. Natureza da investigação .....	60
2. Instrumentos de recolha de dados .....	63
3. Questões éticas associadas à recolha de dados .....	65
4. Processo de tratamento da informação .....	66
Capítulo III – Apresentação e Discussão de Resultados .....	67
1. Apresentação de resultados .....	67
1.1. Percursos / Características Sociodemográficas .....	67
1.2. As crenças da vítima sobre a violência doméstica .....	73
1.3. Motivos que levam à duração da relação .....	77
1.4. Perfil dos agressores. ....	79
1.5. O funcionamento das entidades de 1ª linha .....	81
2. Discussão de resultados .....	83
Conclusões .....	90

<b>Referências.....</b>	<b>93</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>102</b>
<b>Anexo I – Grelha Analítica.....</b>	<b>102</b>
<b>Anexo II – Guião de Entrevista.....</b>	<b>104</b>
<b>Anexo III – Consentimento Informado .....</b>	<b>106</b>

## Abreviaturas

**APAV**- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

**CADAW** – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

**CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

**ENIND** – Estratégia Nacional para a Igualdade e Não discriminação

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**LNES** – Linha Nacional de Emergência Social

**MTSS** – Ministério do Trabalho e da Segurança Social

**NAV**- Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

**OMA** – Observatório das Mulheres Assassinadas

**PSP**- Polícia de Segurança Publica

**PNCVD** – Plano Nacional Contra a Violência Doméstica

**PNPCVDG** – Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

**RASI** – Relatório Anual de Segurança Interna

**UMAR** – União de Mulheres Alternativas e Resposta

## Agradecimentos

O caminho nem sempre foi fácil, mas teria sido bem mais difícil se não tivesse tido ao meu lado pessoas importantes, que sempre me motivam para uma nova “aventura”, a qual abraço sempre com entusiasmo.

As minhas palavras de gratidão vão, para as mulheres idosas que foram vítimas de violência doméstica em contexto familiar, que apesar de muito doloroso recordaram e narraram as suas histórias de vida.

Um agradecimento a todos os que estiveram comigo neste caminho, em especial à minha família particularmente pais e filho, ao meu marido por ter sempre caminhado lado a lado fazendo-me sempre acreditar que conseguiria chegar à etapa final.

## Resumo

A violência na intimidade atualmente é uma das preocupações, porque afeta mulheres e homens de todo o mundo, mas mais mulheres de forma isolada. Também faz parte da chamada questão social, revelando formas de dominação e opressão desencadeadoras de conflitos. A violência na intimidade, x que geralmente se denomina de “violência doméstica”, é mundialmente considerada como uma violação de direitos humanos.

Neste estudo objetivamos clarificar os fatores associados à violência doméstica na mulher idosa, bem como perceber se as crenças das mulheres idosas, vítimas de violência doméstica, são um fator de risco. Assente numa metodologia de caráter qualitativo, entrevistaram-se quatro mulheres idosas, vítimas de violência doméstica, de forma a compreender os motivos que as levaram a ter casamentos duradouros com violência e a identificar qual o perfil dos agressores.

Com base nos dados recolhidos, entendeu-se que as mulheres mantiveram-se nestas relações x pelos filhos e por vergonha do que os outros pudessem pensar, uma vez que sociedade em que viveram, bem como a sua educação primária, não via a violência doméstica como um problema, mas sim como um ato normal entre os casais.

Por um lado, estas mulheres sentem-se culpadas de toda a sua vida ter sido vivida num ciclo de violência doméstica, minimizando por vezes alguns episódios.

Por outro lado, não tinham conhecimento do funcionamento das entidades de 1ª linha e de como estas as podiam ter ajudado, mas sabem atualmente da sua existência.



Conclui-se que muito há a fazer no apoio a vítimas de violência, devido ao facto de muitas destas idosas não terem conhecimento acerca dos procedimentos para por fim à violência vivida.

Seria muito mais positivo que as medidas adotadas por estas entidades não fossem tanto de carácter remediativo, ou seja, se as medidas de afastamento fossem deliberadas em tempo útil, as vítimas não teriam que recorrer a casas abrigo ou a casas de familiares.

Estas sentem a solidão, necessitando de alguém que, de uma forma amiga e solidária, as possa escutar, compreender e ajudar.

### **Palavras-chaves**

Violência de Género, Violência Doméstica; Violência sobre a pessoa idosa.

## Abstract

Intimate violence is one of the biggest issues nowadays, because it affects women and men from all over the world, especially women in isolation. It is also part of the so-called “social issue”, revealing forms of domination and oppression that lead to a conflict. Intimate violence, commonly called as “domestic violence,” is considered a violation of human rights worldwide.

In this study we want to clarify the factors associated with domestic violence in elderly women, as well as to understand if the beliefs of elderly women, victims of domestic violence, are a risk factor. Based on a qualitative methodology, we interviewed four elderly women, who were victims of domestic violence, in order to perceive the reasons that led them to have lasting marriages with violence and to identify the offenders' profiles.

Based on the information collected, it was considered that women maintained these relationships because of their children and by the shame of what others might think, since the society in which they lived, as well as their primary education, did not see domestic violence as a problem, but rather as a normal act between couples. On the other hand, these women feel guilty that their whole life has been lived in a cycle of domestic violence, sometimes minimizing some episodes.

Still, they did not know how the first-tier entities worked and how they could have helped them, but today they already know of their existence.

As conclusion, there is much to be done to support victims of violence, due to the fact that many of these elderly women are unaware of the procedures to end the violence experienced. It would be much positive if the measures taken by these entities were not only of remedial character, that is, the removal measures should be deliberated in time, so that the victims did not have to find shelter in shelter houses or family homes.

They feel solitude and they need someone who, in a friendly and supportive way, can listen, understand and help them.

### **Keywords**

Gender Violence, Domestic Violence; Violence on the elderly

## Introdução

No âmbito do Mestrado em Educação Social, surge o presente estudo subordinado ao tema “Um Olhar Sobre a Violência Doméstica na Mulher Idosa”, visto que segundo os dados estatísticos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) relativos ao período de 2013-2017 houve uma maior prevalência de registos de crime de violência doméstica no feminino com 85.73%, comparativamente com o masculino com 13.79%, sendo também importante salientar que 10,3% pertencem às mulheres com mais de 65 anos de idade.

Também a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), nos seus dados estatísticos de 2018 refere a existência de 28 femicídios, com uma grande incidência nas faixas etárias de mulheres com mais de 65 anos, representando 39% dos casos. Desta forma surge o interesse em investigar este problema de que as mulheres idosas são vítimas.

Para além disto, este tema de estudo também se relaciona com o facto de exercer profissionalmente a função de Assistente Social numa Casa Abrigo e, de acordo com a nossa experiência e dados recentes, a prevalência de pessoas seniores integradas nesta resposta social tem vindo a aumentar, o que se traduz numa inquietação na procura de respostas aos motivos que levaram as mulheres a manterem esta relação violenta durante tantos anos.

O presente estudo tem como **objetivos**:

- Clarificar os fatores associados à violência doméstica na mulher idosa, bem como compreender em que medida as crenças das mulheres idosas vítimas de violência doméstica poderão constituir um fator de risco;

- Compreender os motivos que levam a casamentos duradouros com violência;
- Identificar qual ou quais os perfis dos agressores;
- Por fim perceber o funcionamento das entidades de 1ª linha, nomeadamente no que diz respeito à forma como sinalizam e encaminham estas vítimas para os respetivos serviços.

É importante a abordagem deste tema, uma vez que a violência doméstica sobre pessoas idosas surge como um problema da atualidade que urge conhecer e compreender de que forma a intervenção das entidades competentes seja a mais adequada e ajustada à realidade das mulheres vítimas de violência doméstica.

Optou-se por um estudo em profundidade de casos apoiado em histórias de vidas de mulheres sobreviventes.

O tema da violência doméstica sobre mulheres idosas é muito pertinente no âmbito da Educação Social e Intervenção Comunitária, na medida em que o educador social poderá ter um papel fundamental nesse âmbito de intervenção, desenvolvendo projetos ou participando neles de modo ativo, nomeadamente: na prevenção dos maus tratos direcionados aos idosos, na identificação de novas situações e na intervenção sobre as situações já identificadas, bem como colaborando com as entidades competentes em matéria de violência, na busca de uma resposta mais adequada a esta população idosa vitimizada.

Embora ainda se considere que a violência sobre as pessoas idosas seja um fenómeno cultural e geográfico é importante salientar que existem 4 milhões de pessoas

idosas que sofrem de maus tratos e a população feminina constitui a maior prevalência desta violência (Perdigão et al., 2016, p.75).

A prevalência da violência doméstica sobre as pessoas idosas é pertinente de aferir, nomeadamente no que se refere à zona geográfica do Alentejo, sendo que o estudo tem aí a sua incidência. O Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAV) é um órgão de cariz distrital, e é uma estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica, constituído por equipas técnicas que dão apoio jurídico e psicossocial, reencaminhamento personalizado às vítimas, tendo sempre em vista a sua proteção (Decreto Regulamentar n.º 2/2018 de 24 de janeiro).

Esta estrutura em 2017 efetivou 7 atendimentos a pessoas com mais de 65 anos, nomeadamente a mulheres, das quais 3 foram maltratadas pelos/as cônjuges e/ou companheiros/as e 4 pelas filhas/os e/ou enteadas/os.

Este estudo, de natureza qualitativa, teve como intenção conhecer profundamente as histórias de vida de quatro mulheres que sofreram de violência doméstica, uma vez que se considera que este tipo de abordagem poderá contribuir para a compreensão mais pormenorizada da problemática da violência doméstica vivida na primeira pessoa, as suas causas e as suas consequências para a vida familiar e pessoal, e também entender as soluções encontradas para por fim a estas relações violentas de tantos anos.

Do ponto de vista da estrutura, o presente trabalho encontra-se dividido em três Capítulos:

No capítulo I, será apresentado o enquadramento teórico, onde serão abordados conceitos, tais como: Violência de Género, Violência Doméstica; Violência na Pessoa Idosa; serão apresentados dados Estatísticos relativos ao fenómeno em estudo;

falar-se-á dos Perfis dos Agressores, dos Perfis das Vitimas; falar-se-á dos objetivos do estudo (é de todo interessante perceber como é que estas mulheres lidaram tantos anos com a violência doméstica e como se encontram no atual momento, qual ou quais os sentimentos que persistem perante o agressor); como se processa a Intervenção de entidades de 1ª Linha (qual é a sua função no fenómeno da violência doméstica); e por fim o Enquadramento Jurídico.

No Capítulo II, será exposta a metodologia que assenta numa análise qualitativa das histórias de vida individuais e únicas, contadas a partir das perspetivas das mulheres entrevistadas, muitas vezes revivendo momentos e emoções. A escolha de histórias de vida como material de investigação “prende-se antes de mais, com a sua pertinência face aos fenómenos que se pretendia estudar” (Brandão, 2007, p.8). Este capítulo está sub dividido em: natureza da investigação; instrumentos de recolha de dados; questões éticas associadas à recolha de dados; processo de tratamento da informação.

Por fim, no Capítulo III, temos a apresentação de resultados bem como a discussão dos mesmos.

E por último a conclusão deste estudo.

## Capítulo I – Enquadramento Teórico

### 1. Conceitos de violência.

Para uma melhor compreensão do fenómeno em estudo mostra-se adequado abordar os diversos conceitos de violência.

Segundo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2013a, p.87) a violência doméstica é, qualquer ato de violência baseado no género de que resulte ou que possa resultar sofrimento ou lesão física, sexual ou psicológica para as mulheres, incluindo a ameaça da prática de tais atos, coação ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorram na esfera pública quer na privada.”

É importante mencionar que os papéis masculinos são supervalorizados em detrimento dos femininos, reforçados pelo poder patriarcal existente, o que reforça a violência de género.

O poder exercido pelo agressor representa uma capacidade para forçar à obediência, através do controlo, independentemente se este é legítimo ou não, por isso a vítima tem consciência da situação de domínio em que se encontra e da sua vulnerabilidade, mas não tem capacidade para contrariar todo o comportamento existente, uma vez que este decorre de normas sociais e de crenças culturalmente enraizadas.

Anteriormente, o maltrato conjugal era mantido na privacidade e intimidade do lar, espaço onde, culturalmente, a mulher deveria submeter-se à autoridade do homem (Manual Alcipe, 1999).



Surgiu o I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (I PNCVD); neste a violência doméstica é definida como: “ Qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto (por meio de ameaça, enganos, coação ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou Ex-cônjuge ou Ex-companheiro/a, bem como a ascendentes ou descendentes” (p. 31).

A violência é um fenómeno com repercussões negativas nas vítimas, uma vez que é praticada por alguém com quem já teria existido um relacionamento de confiança, deixando nestas pessoas marcas de grande fragilidade e de baixa auto confiança.

De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993, citado pela UNICEF, 2000), este termo refere-se a todos os atos de violência baseada no género que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimento físico, sexual, psicológico e económico para as mulheres, quer na vida pública, quer na vida privada.

Por outro lado a violência doméstica é referida por outros investigadores como sendo “(...) o resultado da existência de uma ‘ordem hierárquica’ que, em termos simplificados, quer dizer que se trata de alguém que julga que os outros não são tão importantes como ele próprio e que esta é uma atitude que abre a porta à violência nas relações” (Machado & Gonçalves, 2002, p.55).

A existência desta “ordem hierárquica” vai deixando na vítima grandes marcas de fragilidade, reduzindo gradualmente as capacidades da mesma, para a resolução do problema mostrando ao agressor que este domina toda a situação.

O II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (II PNCVD) (2003-2006) refere ainda uma realidade ainda mais preocupante no que diz respeito à sociedade civil, uma vez que estas mulheres não acreditam “na possibilidade de se libertarem da perseguição dos agressores ou de que estes venham a ser punidos”, fazendo ainda com que a sua exposição enquanto vítima não seja fiável aos olhos da lei e da sociedade em geral, fazendo por isso que estas se sintam “prisoneiras isoladas no seu mundo de violência”.

De acordo com esse Plano Nacional a maioria dos “casos de violência doméstica são ainda as exercidas sobre as mulheres pelo seu marido ou companheiro”, com graves consequências sociais e evidenciando um grande desrespeito aos direitos humanos, na medida em que se observa uma grande “desigualdade entre as mulheres e os homens”.

Ainda que nas situações de violência doméstica vividas por mulheres elas tendem a manter a “convicção de que estão a proteger os seus filhos, ignorando que, ao fazê-lo, estão a alimentar uma espiral de violência que levará a que alguns deles sejam mais tarde novos agressores” (II Plano Nacional contra a Violência Doméstica, 2003, p.3867).

Este ciclo de violência vivido por estas mulheres, que se encontra enraizado nas crenças sociais e culturais, pode trazer à luz da sociedade novos agressores, uma vez que estes viveram na primeira pessoa todas as diversas formas de violência, transpondo para o seu quotidiano o que lhes parecerá normal.

O que é herdado pela vítima é uma dúvida básica quanto ao ser-se amado pela figura de vinculação principal e um sentimento de falha básica que uma vida inteira não chega para corrigir, tendo assim a autoestima muito reduzida. Consequentemente, mais tarde, o indivíduo mal tratado e vai ” dominar as suas inseguranças submetendo outros mais fracos ao seu poder, vai vingar-se e aliviar a raiva que sente, enchendo os outros dos seus

afetos negativos e vai tentar criar uma identidade que lhe permite, afinal, saber quem é e o que pode fazer”, tornando-se agressor (Alarcão, 2000, p.290).

Por outras palavras, verifica-se então que na educação primária, a dos afetos, esta não foi transmitida, deixando grandes lacunas nas áreas afetivas, pois toda a sua vivência foi preenchida de agressões e as diminuições da sua pessoa. Enquanto adulto irá reproduzir o mesmo modelo, com pessoas que se mostrem mais frágeis, para que assim a sua autoestima seja mais elevada (Alarcão, 2000 p.290).

A “violência doméstica/ na família” enfatiza todos os atos de violência, seja física, sexual, psicológica ou económica em contexto familiar, no espaço que deveria constituir um lugar de tranquilidade e que, muitas vezes, é um lugar de medo e terror, quer o agressor partilhe ou tenha partilhado a mesma habitação que a vítima (Magalhães, 2005).

Nesta linha de pensamento pode-se considerar que a família tanto pode ser um contexto de afetos e amor como também de violência. O espaço familiar/doméstico pode ser o sítio mais perigoso, sendo que é aí que ocorrem crimes violentos entre os membros da família, normalmente o agressor e a vítima mantêm uma relação de proximidade, partilhando muitos aspetos da vida privada.

Tal como Dias (2004, p. 55) refere “este mito e idealização de vida familiar são responsáveis pela tendência para evitarmos olhar a violência doméstica e por a não condenarmos enquanto prática presente na educação dos filhos, no relacionamento conjugal e em outras interações familiares”.

Posteriormente no III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (III PNCVD) (2007-2010, p.5) considera-se que “A violência doméstica é um forte impedimento ao bem-

estar físico, psíquico e social de todo o ser humano e um atentado aos seus direitos à vida, à liberdade, à dignidade e à integridade física e emocional”.

Tudo isto interfere na vida da mulher, criando-lhe um impacto negativo, surgem sentimentos de impotência, prejudicando a sua vida familiar e laboral, remetendo-a, na maioria das vezes, ao silêncio e ao isolamento social.

De tal modo que a violência doméstica é por isso uma questão cultural, política, jurídica e não menos importante de saúde, sendo que este tipo de conflitos é agravado quando a infidelidade é uma presença constante.

Este complexo sentimento que é a infidelidade, tem o poder de prejudicar as relações.

O adultério desde sempre tem sido punido pela sociedade nas mais diversas formas, no entanto para quem o comete, tem uma explicação bastante válida a busca constante da satisfação (Almeida, 2012).

Esta infidelidade reflete-se na relação, causando desconfiança e episódios de ansiedade, conseguindo que a autodeterminação da vítima seja colocada em causa.

Ainda segundo Almeida (2012, p. 497) “(...) muitos dos excessos de ciúme, sobretudo quando relacionados à violência verbal ou física, acabam por complicar em vez de facilitar os relacionamentos amorosos em andamento.” Este é gerador de antagonismos “uma vez que afetam vários relacionamentos humanos, bem como um desafio para muitos dos mesmos”.

Nesta perspetiva os ciúmes poderão ser facilitadores das relações no entanto quando em excesso põe em causa os relacionamentos amorosos, pois são agentes desestabilizadores das relações, provocando violência psicológica e controlo social.

Esta violência é considerada para alguns autores como uma dominação masculina baseada no poder em que os homens tratam as mulheres como simples objetos sexuais (Trindade et al., 2008).

A dominação masculina é referida como dominação sexual uma vez que são os homens os mais infiéis e têm dificuldade em resistir aos apelos das parceiras femininas, sendo que este trai por impulso devido à sua pulsão sexual e que serve sempre como mote justificativo de “a carne é fraca” (Trindade et al., 2008).

Estas infidelidades ou adultérios deixam marcas nos relacionamentos. Como já foi referido, a falta de confiança no companheiro e o medo do abandono, causam uma violência psicológica prolongada ao longo dos anos.

Em muitas das relações violentas onde a infidelidade é uma constante as mulheres não abandonam as mesmas porque há uma “impossibilidade de agir devido à dependência económica que têm dos mesmos.” As traições e os maus tratos, “parecem ser as formas como os homens exercem essa relação de dominação, enfatizando a sua liberdade no exercício da sua sexualidade e não aceitando oposição à mesma, subordinando a mulher a sua conduta sem que a mesma reaja de uma maneira mais efetiva, contra a situação a que é submetida pelo companheiro” (Trindade et al., 2008, p. 43).

Os ciúmes poderão ser facilitadores das relações no entanto quando em excesso põe em causa os relacionamentos amorosos, pois são agentes desestabilizadores das relações, provocando violência psicológica e controlo social.

Esta violência é considerada para alguns autores como uma dominação masculina baseada no poder em que os homens tratam as mulheres como simples objetos sexuais (Trindade et al., 2008).

Segundo White (citado por Almeida, 2012, p.490) pode-se ainda associar outro fator às agressões ou seja um “complexo de pensamentos, sentimentos e ações que se seguem às ameaças para a existência ou a qualidade de um relacionamento, sendo estas ameaças geradas pela perceção de uma atração real ou potencial entre um parceiro e um (talvez imaginário) rival”.

Para um melhor entendimento da violência domestica há que clarificar alguns conceitos recentes que ajudam à compreensão do fenómeno da violência. De acordo com Perdigão et al., 2016, (p.26-27). :a Violência *autodirigida* são “todos os atos suicidas e outros comportamentos auto lesivos”; no que respeita à *Violência interpessoal* são consideradas duas subcategorias, a violência familiar/violência entre parceiros/as íntimos/as e a violência na comunidade. Tendo por referência a pessoa que é vítima, estão incluídos no primeiro tipo os maus tratos a crianças e jovens, a violência entre parceiros/as íntimos/as e a violência contra pessoas idosas; *Violência coletiva* que pode ter múltiplas motivações, tanto de carácter social como político ou económico, diz respeito a atos cometidos por grupos alargados de indivíduos ou, formalmente, pelos próprios Estados”

De acordo com Machado (2010, citado por Ventura, Frederico-Ferreira, & Magalhães, 2013, p.97) o aumento da complexidade das relações humanas contribui bastante para as constantes transformações das conceções de violência, dificultando a sua definição e a concordância acerca de determinadas manifestações como sendo ou não violentas.

De acordo com Mendes e Cláudio (2010, p.97), a legitimação da violência é, muitas vezes, uma consequência de crenças erradas que desculpam as condutas abusivas, sendo

que estas constituem o resultado da socialização e são interiorizadas desde cedo influenciando os nossos comportamentos.

Esta violência tem uma desculpa para estas mulheres vitimizadas, uma vez que as suas crenças e valores da sua socialização assim lho impuseram, acreditando que era o mais correto.

Todas estas mulheres deveriam estar seguras nas suas casas, pois estas seriam o local de proteção no entanto é onde mais se verifica todos os tipos de violência nomeadamente a violência física e psicológica, sendo esta transversal a todas as classes sociais.

Como refere Albano et al., (2016), as suas casas que deveriam ser lugares de segurança são os piores lugares pois vivem confrontadas diariamente com a violência, é com maior incidência que se verifica nas classes mais desfavorecidas, no entanto esta é transversal a todas as culturas, sociedade e classes sociais.

### **1.1. Violência de Género.**

Todo o tipo de violência exercida na mulher é um obstáculo à igualdade de oportunidades, dificultando desde logo o gozo aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010).

Pode-se então dizer que a violência contra as mulheres é o resultado de um pensamento que inferioriza a condição destas perante a masculinidade, em que na grande maioria dos casos é um sentimento de posse como se de um objeto se tratasse.

De salientar que de acordo com (Manita et al., 2009) existem três tipos distintos de violência, a saber:

- Violência Doméstica (VD) - “ é um comportamento violento ou um padrão de controlo coercivo, exercido direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar”.
- Violência Conjugal (VC) - “ constitui uma das dimensões da violência doméstica. (...) Exercidas por um dos cônjuges/ companheiro(a) ou ex-cônjuge/ ex-companheiro(a) sobre o/a outro (a)”.
- Violência nas Relações de Intimidade - “ a noção de VRI resulta da necessidade de alargar a noção de VD e, em particular, a de VC, de modo a abranger a violência exercida entre companheiros envolvidos em diferentes tipos de relacionamentos íntimos e não apenas na conjugalidade (casais homossexuais ou namorados) ”.

De forma a combater este fenómeno, Portugal implementou o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG) (2014 -2017), que reflete uma mudança de paradigma, na medida em que a violência passou a ser vista de modo mais abrangente; a violência de género passou a englobar também a mutilação genital feminina e as agressões sexuais. Este plano tem como principais objetivos a proteção às vítimas, a intervenção junto de agressores, o aprofundamento do conhecimento dos fenómenos associados e a prevenção dos mesmos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013).

A violência no caso das mulheres é uma violação dos Direitos Humanos, pois “ constitui uma forma de discriminação e abrange todos os atos de violência de género que resultem em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres” (Dias, 2017, p. 30).



Segundo Connell (2015, citado por Dias, 2017, p. 26), os homens estão socializados para a violência e ao “mesmo tempo acreditam que as mulheres são sua propriedade, sobretudo quando são economicamente dependentes deles e têm filhos.”

Sendo a violência de género um desrespeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, o homem como ser biologicamente dominante, acredita que a mulher pode ser subjugada às suas vontades como se estas fossem suas propriedades, salientando-se ainda mais quando estas são economicamente dependentes.

De acordo com Costa (2017, p.47) “a violência contra as mulheres é violência de género por ter um significado político e ideológico que faz com que atue enquanto mecanismo social através do qual o sexo feminino é colocado em posição de subordinação.”

Como referido anteriormente a violência de género é uma violação aos direitos fundamentais humanos, em que os homens são tradicionalmente educados na visão de subalternização da mulher, vendo-a como sua propriedade.

A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, designada de Convenção de Istambul, define a violência contra as mulheres, como “uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens que levou à dominação e discriminação das mulheres pelos homens, privando assim as mulheres do seu pleno progresso” (Conselho da Europa, 2011, p.2).

A Convenção de Istambul reconhece os vários tipos de violência, sendo que o grupo mais abrangido são as mulheres, denominando assim a violência contra as mulheres de violência de género, fenómeno transversal a todas as classes sociais e que tem sido

legitimado como normal. Reconhecem-se desta forma as práticas discriminatórias de que são alvo as mulheres.

Por conseguinte, de acordo com o Conselho da Europa “a natureza estrutural da violência contra as mulheres é baseada no género, (...) a violência contra as mulheres é um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens” (Conselho da Europa, 2011, p.3).

Como já explanado anteriormente esta convenção vem reforçar a ideia de que a mulher continua a ser mantida em situação de diminuição de capacidades quando ocupa posições semelhantes às dos homens.

De acordo com Dias (2004, p.87) “a violência está incorporada na condição humana pois, tem uma evidente origem social sendo historicamente um fenómeno humano (...).

Esta definição expõe que a violência é intrínseca ao ser humano, tendo este que controlar todos os seus atos violentos.

Segundo um estudo elaborado por Casimiro (1998, citado por, Dias 2004, p.80) foi observado que:

“ A tolerância relativamente à violência aumenta à medida que a escolaridade é mais baixa e a profissão menos qualificada, verificando-se o inverso nas mulheres em que o capital escolar, económico e cultural é mais elevado. (...), nas mulheres do meio social desfavorecido encontraram-se representações da conjugalidade muito próximas do modelo tradicional, o que contribui para a aceitação, por estas mulheres, da violência exercida pelo homem como algo legítimo e perfeitamente enquadrado no seu papel dominador. Já as mulheres do grupo social favorecido representam a conjugalidade como algo simétrico, em que a autonomia dos cônjuges e a realização pessoal são valores fundamentais”.

A violência de género sendo transversal a todas as classes sociais, é no entanto mais visível nas classes sociais com menor capital económico e escolar, uma vez que nas classes mais altas a realização ao nível da dependência económica não se verifica com tanta intensidade.

A violência contra as mulheres representa uma contradição relativamente a certas características da família contemporânea, uma vez que acompanha a divisão de tarefas, a igualdade de oportunidades, as políticas de sociais de envelhecimento ativo, etc. Todas estas dinâmicas são, em muitas circunstâncias, acompanhadas de violência, sendo a família o lugar privilegiado para a ocorrência deste fenómeno. Segundo Gelles e Staus (1979, citado por, Dias, 2004, p. 49) a violência “é uma componente quase normal da vida familiar da maior parte das sociedades”.

Ao se falar de violência de género esta também pode ser praticada pela mulher, quer seja numa relação de intimidade ou não, no entanto e contrariamente à violência contra as mulheres, este reconhecimento do homem enquanto vítima é constrangedor, uma vez que os fatores históricos são muito fortes, não se pode esquecer que “na sociedade tradicional, por exemplo, um homem que se deixasse bater pela mulher era alvo de prática humilhante e ridicularizadora”, uma que ponha em causa a “ordem patriarcal” (Dias, 2004, p.71).

Pode-se assim dizer que a violência contra os homens é centrada mais no abandono e rejeição por parte da companheira ou esposa, como se pode confirmar pela seguinte citação de Dias “ os homens são mais vítimas de violência psicológica associada ao abandono e à rejeição” (Dias, 2004, p.78).

## **1.2. Violência sobre a pessoa idosa.**

Antes de avançarmos para o tema da violência sobre as mulheres idosas, importa referir que as mulheres proporcionalmente vivem durante mais tempo que os homens. Segundo os dados disponíveis (PORTADA, 2018), em 2017 existiam 72,4 homens por cada 100 mulheres com as idades compreendidas entre os 75 e os 79 anos. O que quer dizer que efetivamente na população idosa predominam as mulheres.

A abordagem ao tema da violência nas mulheres idosas é de grande relevância, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2001, citada por Rosas, 2015, p.11):

“Os maus-tratos contra idosos estão difundidos em todos os países da região Europeia. É uma preocupação crescente, e as estimativas apontam que pelo menos 4 milhões de pessoas idosas sofrem de maus-tratos (...) na região. A escala do problema não é propriamente precisa, mas tem consequências graves para o bem-estar físico e mental de dezenas de milhões de pessoas mais velhas e, se não for controlada, pode resultar em sua morte prematura. A maioria dos países da sofrem do envelhecimento populacional, e um terço da população deverá ser de 60 anos ou mais em 2050, colocando mais pessoas em risco de maus-tratos contra idosos. Estimativas sugerem que 2500 pessoas idosas poderão vir a perder as suas vidas anualmente por maus tratos”.

O envelhecimento populacional é uma preocupação para os países da união europeia, tendo em linha de conta que o bem-estar social desta faixa etária é posta em causa por múltiplos fatores, entre os quais os maus tratos.

Segundo Wolf e Pillmer (1989, citado por Dias, 2004, p.141) “A pesquisa histórica e antropológica tem vindo a revelar a existência de conflitos entre os mais velhos

e as gerações mais novas nas sociedades não industrializadas”, era, portanto, muito comum acontecer, o abandono e os maus tratos aos mais idosos, o que significa que esta problemática atravessa tempos, culturas e fronteiras.

Como já se demonstrou esta violência exercida nas pessoas idosas, está associada a diversos fatores, um deles a esperança média de vida.

Segundo a Carta Social do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS) (2009, p.9), “o envelhecimento da população é uma realidade na generalidade dos países desenvolvidos e apresenta-se como um desafio social e económico da maior importância para os Estados-Membros da União Europeia (UE).

O envelhecimento populacional é um facto constatado a nível mundial, e com forte incidência em alguns países sendo que em Portugal a zona mais envelhecida é o Alentejo. Considera-se que esse envelhecimento tem diversas repercussões na sociedade, sendo a violência nas pessoas idosas uma das mais preocupantes (Lopes, Mendes, & Silva, 2014).

Para Costa (2002, p.37) o envelhecimento: “é um processo segundo o qual, o organismo biológico, tal como o corpo humano, existe no tempo e muda fisicamente, (...).”

Envelhecer é um processo natural e contínuo com graduais alterações que se iniciam na idade adulta e em que algumas das funções do corpo começam diminuir gradualmente.

Ainda na mesma linha de pensamento Paillat (1986, citado por Costa, 2002, p.37), menciona “que não se pode continuar a considerar velhice como um grupo homogéneo, sendo que envelhecer é um processo dinâmico, habitualmente lento e progressivo, mas individual e variável, o que poderá justificar a tendência para denominar os idosos como um grupo heterogéneo”.

A violência sobre as pessoas idosas como define-se como” um ato (único ou repetido) ou omissão que lhe cause dano ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativas de confiança” (Poiares et al., 2010, p.45).

Sendo assim, os maus-tratos nos idosos têm sido referenciados na literatura como atos intencionais que causam dano, ou que criam sério risco de resultar em dano, a idosos vulneráveis, por cuidadores, ou outros que mantenham uma relação de confiança com o idoso (Fulmer, 2004).

Segundo Barnett et al. (1997, citado por Ramos, 2011 p.5), a violência contra idosos é um “Comportamento abusivo destrutivo que ocorre num contexto de confiança e cuja frequência (única ou regular) não só provoca sofrimento físico, psicológico e emocional, como representa uma séria violação dos direitos humanos.”

Estas questões da violência, nas pessoas idosas causam danos físicos e psicológicos uma vez que estes maus tratos são na grande maioria praticados por pessoas com quem os idosos têm uma relação de proximidade e de grande afeto. Este desrespeito pela condição humana é uma grave violação aos direitos humanos, uma vez que estas pessoas se encontram vulneráveis.

Assim sendo, associado ao envelhecimento encontra-se o fenómeno dos maus-tratos, fenómeno este, com tendência crescente, se tivermos em consideração os índices de dependência da população idosa (Dias, 2005).

De acordo com os dados estatísticos da Pordata, no ano de 1961, o índice de envelhecimento em Portugal era de 27,5%. No ano de 2001, este índice ultrapassou a marca dos 100% e em 2018 situava-se já nos 157,4%. Estes dados indiciam um aumento da dependência da população idosa; a este propósito o índice de dependência de idosos (é a

relação entre o número de pessoas que atingem uma idade em que estão geralmente inativas do ponto de vista económico (65 e mais anos) e o número de pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos), assim no ano de 2018 foi de 54.9% (PORDATA, 2019a).

Perante o aumento considerável do número de idosos procura-se perceber o idoso, a sua vulnerabilidade e os riscos que os mesmos correm, designadamente as práticas violentas sobre eles infligidas, associadas por vezes à discriminação e à desigualdade social, acrescentando o facto da inexistência de uma lei específica para a proteção aos idosos.

O envelhecimento não é um problema, mas uma etapa natural do ciclo de vida, desde que nesta se criem oportunidades de viver, de uma forma mais saudável e autónoma possível.

Durante o Estado Novo em Portugal entendia-se que as mulheres tinham que se dedicar ao lar e ser “boas esposas e boas mães, obedientes aos seus maridos. As mulheres eram colocadas num papel de submissão em relação aos maridos, o que se refletia nos direitos, no acesso ao trabalho e nas relações de casamento. Tratava-se de um regime ditatorial em que a maternidade e a família eram os papéis principais das mulheres, estabelecendo-se uma diferenciação de comportamentos aceitáveis socialmente, em que as mulheres eram a “natureza” e os homens a “cultura” (Perista et al., 2010, p.18).

Segundo as autoras acima mencionadas esta perspetiva foi a que restringiu o papel da mulher à área familiar, associada às lidas domésticas e cuidados de terceiros, por outro lado o papel do homem era trabalhar para suportar a família, dando-lhe poder sobre a mulher. Sendo uma sociedade patriarcal as mulheres assumiam as responsabilidades

domésticas e de criação dos filhos, participando menos em trabalhos remunerados que os homens.

Pode-se então constatar que as diferenças de género foram desde cedo (de)limitadas pela intervenção direta do Estado (Perista et al., 2010, p.19).

Estes factos ainda hoje têm consequências na vida das mulheres idosas, sendo que estas auferem de pensões mais baixas que os homens independentemente de terem trabalhado no setor público ou privado (Giddens, 2001).

A violência sobre os idosos continua a ser uma realidade muito obscura e com menos visibilidade que a violência contra as mulheres e contra as crianças. Nestes grupos muitas vezes são detetados sinais de violência, pois ao se dirigirem aos locais que frequentemente utilizam, quer seja escolas ou locais de trabalho, as evidências são mais claras e mais fáceis de detetar. Contrariamente, os idosos encontram-se muitas vezes isolados socialmente, o que dificulta a deteção deste fenómeno.

A violência e o abuso nas pessoas idosas não são fenómenos atuais, sempre existiram, sobretudo nos grupos socialmente mais fragilizados e vulneráveis. Até ao século XX, a violência era entendida com algo natural e com pouca ou nenhuma expressão pública.

Inicialmente a violência na pessoa idosa foi considerada como um problema associada à idade, posteriormente, este abuso, tal como todas as formas de violência praticada na família, tornou-se um problema de saúde pública e de justiça criminal (OMS, 2002, p. 125).

Entre as mulheres idosas o problema que mais afeta a sua qualidade de vida é o seu estatuto socioeconómico, muitas vezes baixo e que pode priva-las de autonomia, não



alcançando o controlo das suas próprias vidas, uma vez que o seu percurso profissional foi inexistente ou precário (Perista et al., 2010, p.22).

O envelhecimento das mulheres, em que a sua carreira contributiva foi insuficiente em relação aos homens foi gerando ao longo do tempo desigualdades que se vão mantendo ao longo dos tempos.

A violência doméstica nas pessoas idosas requer ainda algum estudo e entendimento, sendo pertinente explicitar os fatores agregados a este complexo tema.

A violência sobre a pessoa idosa foi identificada através de trabalhadores sociais e de profissionais ligados à área social e 1977 foi o ano histórico no que se refere à identificação e descoberta deste tipo de violência. Aquele ano é “apontado como um marco histórico” uma vez que foi desde essa data que se reconheceu que a violência exercida sobre a pessoa idosa era um problema social (Dias, 2004, p. 141).

Também esta autora reforça que “as mulheres idosas têm um rendimento pessoal mais baixo do que os homens, estando também em desigualdade em relação a outros recursos como a habitação ou o carro” (Dias, 2004, p. 167).

A questão do carro pode ser entendida como uma questão de menor importância, no entanto não ter carro traduz uma restrição de mobilidade e de acesso aos cuidados de saúde, às compras, entre outras coisas, limitando sobretudo o contacto com o outro, podendo por em risco a própria socialização.

Giddens (2001, p.167) refere ainda que com o “avanço da idade, as mulheres sofrem mais que os homens de situações de incapacidade. Isto significa que requerem uma maior assistência e apoio para desempenhar tarefas quotidianas e rotinas de cuidados pessoais, como tomar banho e entrar e sair da cama”.

Segundo o Manual da APAV esta violência não ocorre somente com as alterações dos valores sociais, mas também pelo aumento da esperança média de vida, devido aos mais diversos avanços na área da medicina e farmacêutica

Não podemos também associar simplesmente os problemas culturais, familiares e individuais, uma vez que estudos realizados nos mais diversos tipos de cultura, mostram que qualquer, “pessoa idosa pode ser vítima, independentemente do seu nível sociocultural, etnia ou religião” (Poiars et al., 2010, p.44).

Para a autora Isabel Dias (2004 pp. 142-143), existem quatro importantes aspetos que caracterizam e influenciam este tipo de violência.

O primeiro diz respeito ao crescente envelhecimento da população, o que provoca a convivência, por vezes desafiadora, de diversas gerações no mesmo espaço de tempo.

O segundo relaciona-se com a inclusão da violência sobre os idosos no fenómeno mais abrangente da violência doméstica, o que pode impedir que o olhar sobre estas pessoas esteja mais atento às dinâmicas familiares.

Encontramos também um duplo sentimento em relação a esta faixa etária. Se por um lado os idosos são vistos como um peso acrescido para as famílias devido à sua dependência, quer esta se deva à idade e ao natural declínio de muitas funções, à doença ou à falta de produtividade, por outro lado os idosos são cada vez mais incentivados à manutenção de um estilo de vida ativo e promotor da inclusão.

Por fim, a crescente preocupação social com os idosos como potenciais vítimas de crime, preocupação essa partilhada não só por sujeitos ligados à criminologia, mas também por organizações de voluntários que prestam serviços de apoio aos idosos. Este tema passou assim a ser considerado motivo de preocupação social, o que contribuiu para a

“solidificação da noção de que a violência praticada sobre os idosos na família constitui um problema social grave e específico

Os maus tratos sobre os idosos são uma categoria específica da violência doméstica, uma vez que o desgaste das capacidades neurológicas e fisiológicas destas pessoas torna-as mais vulneráveis, sendo por isso desvalorizadas pela sociedade. O isolamento social é por sua vez gradual, isto porque as pessoas idosas vão deixando de desempenhar funções ditas socialmente úteis, ficando cada vez mais isoladas e dependentes de todos aqueles que as rodeiam, levando a que muitas vezes estas situações as exponham à violência.

Com todos os fatores expostos, o problema da violência doméstica sobre as pessoas idosas deveria ser reconhecido como um problema diferenciado das outras formas de violência, como menciona Dias (2004), “ nos países onde foi primeiramente identificado este fenómeno este “passou a ser reconhecido como um problema distinto e separado das outras formas de violência doméstica” (p.144).

Não existindo ainda nenhuma proteção específica para este grupo etário há que compreender as diferenças entre os maus tratos aplicados na violência doméstica e nestas vítimas específicas.

As causas da violência sobre os idosos continuam a ser um fenómeno ainda com poucas explicações, uma vez que as suas causas não foram também ainda compreendidas, daí resultando uma diversidade de abordagens.

Este tipo de violência é ainda muito invisível, uma vez não se consegue fazer o cálculo da sua prevalência, uma vez que os idosos encontram-se socialmente mais isolados,

sendo mais difícil detetar as situações de maus tratos, do que quando se trata de crianças e mulheres.

Segundo o Comité Nacional de Abuso de Idosos nos Estados Unidos (Tatara et al., 1998) existem sete tipos de abuso para idosos não institucionalizados, tais como:

- Abuso físico: o uso não accidental da força física que pode resultar em ferimentos corporais, em dor física ou em incapacidade. As punições físicas de qualquer tipo são exemplos de abuso físico. A sub medicação ou sobre medicação também se incluem nesta categoria;
- Abuso sexual - contacto sexual não consensualizado de qualquer tipo com uma pessoa idosa;
- Abuso emocional ou psicológico - infligção de angústia, dor ou aflição, por meios verbais ou não verbais; a humilhação, a infantilização ou ameaças de qualquer tipo incluem-se nesta categoria;
- Exploração material ou financeira - uso ilegal ou inapropriado de fundos, propriedades ou bens do idoso;
- Abandono - a deserção de ao pé de uma pessoa idosa por parte de um indivíduo que tinha a sua custódia física ou que tinha assumido a responsabilidade de lhe fornecer cuidados;
- Negligência - recusa ou ineficácia em satisfazer qualquer parte das obrigações ou deveres para com um idoso;
- Auto negligência - comportamentos de uma pessoa idosa que ameaçam a sua própria saúde ou segurança. A definição de auto- negligência exclui situações nas quais uma pessoa idosa mentalmente capaz (que compreende as consequências das suas decisões)

toma decisões conscientes e voluntárias de se envolver em atos que ameaçam a sua saúde ou segurança.

Phillipson e Biggs (1995, citados por Dias, 2004, p.145) empregaram diversos conceitos para definir a violência nos idosos na sua generalidade envolvendo todo o tipo de violência, que são eles “*elder mistreatment*” (mau trato de idosos), “*inadequate care*” (cuidados inadequados) e “*miscare*” (descuidos).

## 2. Dados Estatísticos

De facto os dados são cada vez mais preocupantes, os dados estatísticos do Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA) (2018, p. 11) indica que “desde 2004, podemos observar que não obstante as variações, o grupo etário mais vitimizado pelo femicídio por violência de género é o das mulheres com idades superiores a 50 anos, contabilizando 179 dos 475 femicídios registados entre 2004 e 2018”.

Os dados estatísticos relativos ao fenómeno da violência doméstica na mulher idosa de acordo com Ferreira-Alves e Santos (2011, citados por Perdigão et al.,2016, p.33) indicam que em “Portugal em 2011, em conjunto com outros países europeus, mostrou que 39% das mulheres idosas eram vítimas de maus-tratos: emocionais ou psicológicos (33%); financeiros (17%); violação de direitos pessoais (13%); negligência (10%); abuso sexual (4%); e maus tratos físicos (3%), sendo o marido ou companheiro o principal perpetrador dessa violência”.

De acordo com o OMA (2018) no seu relatório final, o assassinato das mulheres pode ocorrer em todo o seu ciclo de vida, no entanto verifica-se que é entre as mulheres mais velhas em que o femicídio está mais presente, sendo por isso uma violência de género.

A definição de femicídio é a designação utilizada por Diana Russell, como “a morte das mulheres pelo simples facto de serem mulheres” (OMA, 2018, p.2).

Estas mortes ocorrem em espaços privados, a casa, nas relações de intimidade quer estas sejam presentes ou passadas.

Pode-se aferir pelos dados da OMA (2018, p. 8) que em 2018 houve um aumento de 28 femicídios, estes dados representam um aumento de 40% dos femicídios registados por este Observatório. Em 2016 ocorreram 22 femicídios e em 2017 20 femicídios.

Dos 28 femicídios registados em 2018 verifica-se uma maior incidência nos escalões “mais de 65 anos”, com 39%, sendo que o escalão etário “ 51-64 anos” registou 18% (OMA, 2018).

De acordo com o OMA (2018, pp.11-13) ” o grupo etário mais vitimizado pelo femicídio por violência de género é o das mulheres com idades superiores a 50 anos, contabilizando 179 dos 475 femicídios registados entre 2004 e 2018 (...)”. É de todo importante mencionar as idades destes femicidas, para melhor compreensão deste fenómeno, em que o padrão não é por si só diferente, assim destaca-se os” femicidas com idades superiores aos 50 anos de idade (252 dos 501 femicidas) (...)”.

São números muito preocupantes uma vez que as mortes são cada vez mais frequentes nas situações de violência doméstica, infligidas por pessoas de confiança. Designadamente nas situações em que a mulher mantinha uma relação de intimidade presente ou passada, com o agressor.

Segundo os dados estatísticos de 2018 da APAV (2018, p.7), a vitimação contínua foi superior a 76% no ano de 2018 e os locais onde esta sucede foi na “residência comum, a residência da vítima e o lugar/via pública”.

Por outro lado dos 926 atendimentos efetuados a pessoas idosas, a maioria é de sexo “feminino 76,5%, com idade média 75 anos, 43,4%, eram casadas (os) e 70,1% reformadas (os)” (APAV, 2018, p.4).

Conforme o relatório da APAV (2013-2017, p.5), no que diz respeito aos dados estatísticos relativos à violência filioparental, podemos observar que em 80% dos casos a vitimação é continuada, uma vez que frequentemente os maus tratos sucedem-se durante anos.

A maioria destes maus tratos são praticados em residência comum num total de 55,2%, por outro lado é curioso que 27.3% é o total das queixas, valor muito inferior aos crimes.

De mencionar que de acordo com o relatório da APAV (2013-2017), Pessoas Idosas Vítimas de Crime de Violência, 28% das pessoas idosas tinham mais de 65 anos. (p.2).

Os agressores têm uma idade superior a 65 anos, em 68% das situações de violência doméstica (p.4).

Verifica-se também a vitimação continuada em 79% das situações, bem como as relações são duradouras e os maus tratos ocorrem na residência comum 53% das situações (p.5).

Todas estas situações de crime e a sua prevalência, são mencionados no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) (2017, pp. 34-35), uma vez que 79% das denúncias são relativas a mulheres vítimas de violência doméstica e 21% a homens vítimas de violência doméstica.

As queixas crimes efetuadas por mulheres são de 83,8%, por homens rondam os 16,2%. Quanto ao grau sendo o grau de parentesco 53,3% são praticados pelo cônjuge /companheiro(a) e 15,1% por filhos (as) /enteados (as).

Um dado importante a frisar no contexto de violência doméstica e que é pertinente referir é que 34% das ocorrências surgem durante o fim-de-semana sendo que o Domingo é o dia com mais incidência no total de 18%, seguindo-se o sábado com 16%. Durante a semana segunda - feira é o dia com maior percentagem de ocorrências, ou seja 14%. De salientar que 72% das ocorrências sucedem no horário entre as 13 horas e as 24 horas e com valor inferior a 9% ocorrem de madrugada (RASI, 2017).

Relevante também foi o estudo realizado em 2014 sobre o perfil das vítimas; estas foram sobretudo mulheres, entre os 60 e os 69 anos, casadas e a residirem em agregados, na maioria, de duas pessoas; apresentavam graus de escolaridade baixo, estavam reformadas e haviam desempenhado profissões pouco qualificadas (Perdigão et al., 2016, p.33).

Faleiros (2007, p. 27) explica-nos esta complexidade da violência, considerando-a “um processo relacional complexo e diverso. É relacional pois deve ser entendido na estruturação da própria sociedade e das relações interpessoais, institucionais e familiares (...), é complexa por envolver relações de poder tanto no contexto social mais geral como nas relações particulares numa perspetiva histórica e dinâmica (...), e é diversificada nas manifestações familiares, individuais e coletivas (...) entre os diferentes grupos e segmentos e atinge o corpo físico e a psique”.

Os fatores da violência são diversos, não podendo ser vistos por isso de modo isolado, “como se o protagonismo que cada um adquire na génese do fenómeno surgisse de uma forma isolada” (Perdigão et al., 2016, p. 38).



### 3. Perfil dos Agressores

Negreiros (citado por Almeida, 2009) refere que o álcool é uma das substâncias mais consumidas em todo o mundo, sendo Portugal um dos países em que o seu consumo é mais elevado. Este consumo suscita perturbações no seio familiar, bem como os seus descendentes poderão vir a sofrer de perturbações, uma vez que são crianças filhas de alcoólicos (Mello et al., 2001).

Segundo Dias (2004, p. 125) muitos dos agressores viveram em lares em que as agressões eram uma constante isto porque viam "os pais bater nas suas mães e foram eles próprios, igualmente vítimas de violência parental". Por outro lado são indivíduos com uma baixa autoestima, com uma conceção tradicional do casamento e do papel da mulher no seio familiar, com uma baixa capacidade de afirmação, sendo pior quando dependentes do álcool, fatores que podem isolado ou cumulativamente levar ao exercício da violência.

O álcool é um potenciador de agressividade, pois este é articulado como um fator que leva à violência, como refere Azevedo (2013, p. 28) "abuso de álcool e drogas tem sido associado à violência conjugal em vários estudos".

Muitas são as vítimas que nas suas queixas-crimes e divórcio referem este consumo perante a justiça, estando este consumo interligado com os episódios de violência doméstica, há portanto "uma associação significativa entre os problemas relacionados com consumo de álcool e a violência" (Azevedo, 2013, p.28).

Também Almeida (2009, p.49) considera que os agressores ou maltratantes consomem excessivamente álcool, sendo que a maioria das vítimas afirma que os seus

agressores estavam “intoxicados em pelo menos um dos episódios de violência”, sendo este este o fio condutor para os comportamentos violentos. Nesta perspetiva o álcool é portanto um “desinibidor e facilitador deste comportamento”.

Estes consumos excessivos de álcool pelos agressores, são mais um fator potencializador de risco do que uma causa uma vez que este é utilizado como desculpa para tais atos (Manita, 2008).

A vítima associa muitas vezes o consumo de álcool a incidentes de violência no entanto embora este seja um facilitador de ações violentas existem muitos agressores que não são consumidores.

Para Albano et al. (2016, p. 26), este consumo serve de desculpa perante os comportamentos agressivos, “habitualmente embriagam-se fora de casa, mas esperam até chegar a casa para agredir intencionalmente a mulher e/ou os filhos.

Quando a intensão do agressor é provocar dano, este procura a chegada da mulher para o fazer, tal como é referido o consumo é para dar “coragem” a todas as suas ações, pois estes agressores não o são fora do contexto casa.

Segundo os dados do RASI (2017), 40% das sinalizações às forças de segurança e em que houve intervenção, estavam relacionadas com o consumo de álcool por parte do agressor (a) e em 14% relacionados com o consumo de estupefacientes.

Hampton e Coner-Edwards (1993, citados por Dias, 2004, p. 125), referem ainda que exista uma relação entre certos comportamentos aditivos, em particular o consumo de álcool a violência conjugal. Apesar do homem maltratante agredir a mulher tanto quando está alcoolizado como quando está sóbrio, ele tende a ser mais violento sobe o efeito do álcool.”

As situações violentas perpetuadas continuamente pelo agressor com excesso de álcool, são muitas vezes assumidas como “justificação para a violência pelas próprias vítimas, que acabam por permanecer nas relações violentas na expectativa de ver emergir o seu verdadeiro eu não violento, não perturbando o agressor, que se ocultara sob o álcool (...)” (Manita, 2008, p. 24).

Acresce que o álcool é uma das substâncias mais comercializadas na sociedade, fazendo parte dos hábitos alimentares e dos mais diversos eventos sociais e que merece reflexão neste contexto.

Relativamente aos casos de violência doméstica o consumo de álcool é assumido como o fio condutor para a violência exercida, sendo no entanto de referir que esta substância por si só não é a causadora deste comportamento abusivo. É frequente também associar-se o consumo excessivo desta substância às características pessoais, como a baixa auto estima, a impulsividade bem como fatores de ordem sócio económica que potenciam o efeito negativo do álcool.

O estudo efetuado por Machado, Matos e Moreira, (2003, citados por Ventura, Frederico-Ferreira & Magalhães, 2013, p. 97), em que “os rapazes subscrevem mais a crença de que a violência poderá ser justificável em função dos comportamentos das mulheres, consideram importante preservar a privacidade familiar e acreditam que a violência poderá ser atribuída a causas externas e fora do controlo do agressor (e.g., o álcool ou a pobreza)”.

Para um melhor entendimento dos diversos fatores relacionais da violência a OMS (Organização Mundial de Saúde), em 2002 utiliza um modelo interpretativo “o modelo ecológico”, desta forma o modelo ecológico auxilia a uma melhor compreensão dos fatores

de risco e de proteção que influenciam o comportamento ou o risco de ser agressor ou vítima de violência. Este modelo apresenta 4 níveis que irão ser explicados em baixo.



Figura 1 – Modelo ecológico para compreender a violência

Fonte: <https://calidadez.wordpress.com/principios-basicos/>

Por conseguinte os fatores de ordem individual, estão relacionados com a história ou a genética do indivíduo, tal como impulsividade que estará associada à vivência com antecedente de agressão, e de maus tratos, entre outros que podem determinar a concretização dos atos violentos.

Os fatores relacionais fazem elevar o risco/perigo de violência, particularmente nas relações de proximidade, quer seja entre pares, familiares, ou relações de intimidade. Os fatores associados podem ser a existência de conflitualidade familiar, parentalidade, estatuto socioeconómico baixo, diferenças entre poder e controlo, estes casos verificam-se mais particularmente na violência física

Do ponto de vista comunitário, os relacionamentos sociais, isto é, a forma como a própria comunidade vive pode influenciar os níveis de violência que podem estar associados ao baixo capital social, à pobreza, a vínculos sociais escassos, ao desemprego, ao isolamento social.

Por último temos os fatores de ordem social, estes são os “características de uma determinada sociedade, quer sejam as normas e costumes que sejam permissivas às desigualdades e violência ou por outro lado as políticas sociais implementadas que não façam jus às desigualdades” (Perdigão et al., 2016, pp. 38-39).

Na violência conjugal existe uma interdependência relacional e de vinculação entre o agressor e a vítima, pois se por um lado o agressor necessita da vítima para afirmar a sua identidade, esta não consegue sair da relação ou deste ciclo de vivência por não saber se definir fora dele (Alarcão, 2000).

Segundo Reynaldo Perrone e Martine Nannini (2011, p.61) existe uma relação de desigualdade uma vez que aquele que pratica a violência se, “define como existencialmente superior al otro, y éste por lo general lo acepta”. Como as diferenças de poder são muito significativas e o medo está instalado que a vítima “no tiene alternativa y debe someterse contra su voluntad”.

De referir ainda que neste tipo de relações em que o agressor já tem todo o controlo sobre a vítima, impondo-lhe privações, como o controlo social privando-a da sua própria identidade, perpetuando na vítima humilhação e agressões físicas, este justifica tais atos porque “ha descubierto una falta”, pois esta “debe estar al servicio del amo y respetar su ley” (Perrone & Nannini, 2011, p. 61).

De acordo ainda com Reynaldo Perrone e Martine Nannini (2011, p. 61), esta violência não tem pausas, uma vez que para o agressor este é o comportamento que deve ter, bem como a vítima, que se conforma com o que a vida lhe impõe, sendo ainda de frisar que ao ser continua esta “violencia permanece escondida y toma un carácter íntimo y secreto”.

De salientar também que muitos destes comportamentos violentos estão associados a personalidades que não aceitam diferenças vendo-as como uma ameaça, assim sendo a mulher não toma iniciativas sem por em causa a decisão já tomada pelo seu agressor (Perrone & Nannini, 2011).

No que diz respeito ao fator “educação”, o nível de escolaridade não é arrolado à violência, no entanto entre os agressores com educação de nível inferior prevalece uma predisposição para o aumento da violência, “ a maioria dos sujeitos frequentava o ensino secundário e 16%, o ensino superior, sendo que os níveis de agressão física na amostra utilizada (...) eram relativamente baixos” (Azevedo, 2013, p.18).

Por outro lado o emprego ou melhor o desemprego é um potenciador de violência “indivíduos desempregados apresentam maior risco de incorrer em atos de violência conjugal”, um fator importante é a falta de recursos económicos, associada ao desemprego, assim “ baixos recursos económicos estão associados ao aumento do risco de violência conjugal”, no entanto é importante frisar que nas classes média os “ níveis de violência é moderada (...) mas atingem “ o dobro dos valores obtidos nos sujeitos de classe social alta”, despontando para relações negativas e a perpetuação da violência na família ” (Azevedo, 2013, p.19).

Deduz-se assim que o fator socioeconómico é importante neste tipo de relacionamentos e que é entre os indivíduos de estatuto mais baixo que prevalece maior risco de violência doméstica.

Na grande maioria das sociedades ainda com culturas muito tradicionais, a mulher passa a grande parte da sua vida na criação dos filhos, surgindo uma grande discrepância entre o papel do homem, esta coloca as “ suas emoções e a atenção (...) os filhos e o lar,

sendo as mulheres absorvidas principalmente em atividades domésticas (...)” (Trindade et al., 2008, p.41).

Segundo os dados estatísticos da PORDATA (2019b), em Portugal nos anos 80 a empregabilidade das mulheres era menor que nos homens, registou-se 80,8% de mulheres empregadas atempo completo, comparativamente com 93,6% da empregabilidade a tempo completo dos homens.

Em 2018 a empregabilidade de ambos os sexos mantém discrepâncias, 87,7% são mulheres comparativamente com 91,2% de homens.

As condenações são mais numerosas nos homens, no ano de 1960 houve 18.281 condenados e 4.117 mulheres. No ano 2000 registaram-se 49.575 homens condenados e 4.063 mulheres, em 2017 as condenações aumentaram para 44.460 homens e 6.928 mulheres (PORDATA, 2019c).

#### **4. Perfil das Vítimas**

Numa sociedade predominantemente patriarcal o casamento tinha a função “perpetuar uma casa e assegurar-lhe alianças honrosas” (Dias, 2004 p.32)

As mulheres vítimas de violência doméstica são diariamente expostas às mais diversas formas de humilhação, controle e agressões, vivendo assim rodeadas de insegurança e com uma inquietação constante sobre o estado de humor do seu agressor.

Este tipo de violência a que estas mulheres se submetem está relacionado ao uso excessivo de álcool e à própria traição matrimonial, comportamentos permitidos pelas sociedades pois nunca lhes é questionado aos homens tais atos.

Muitas mulheres ficaram com lesões corporais visíveis mas que nunca denunciaram sendo permissivas na esperança de que um dia as agressões desaparecem, outras pela vergonha de enfrentar a sociedade e relatar às autoridades os acontecimentos da sua vida.

Segundo Dias (2004, p.136) há mulheres que se mantêm nas relações violentas porque “não conseguem libertar-se da pressão de certas normas sociais, culturais e religiosas sobre a mulher, casamento e família, outras porque se sentem culpadas e vivem a violência conjugal como um fracasso pessoal”.

Nestas relações violentas ainda existem mulheres que não têm conhecimento das respostas legais e sociais existentes, para assim conseguirem por termo a essa relação, mas também há aquelas que têm o conhecimento mas escolhem permanecer na relação violenta (Dias, 2004).

As vítimas tornam-se vulneráveis uma vez que a sua vida na conjugalidade é vivida em constante sobressalto e vivem intensamente o ciclo da violência, este torna-as indefesas e passivas perante a sua situação.

Enquanto vítima de violência doméstica a mulher tem o direito a solicitar uma compensação financeira pelos encargos e sofrimento pelos quais passou.

É através do direito civil que a vítima pode tentar “obter, por parte do agressor, compensação monetária”, a vítima de violência doméstica também tem “ o direito de apresentar, contra o agressor, uma ação por danos ou por delito” (Matos, 2003, p.31).

Por sua vez a vítima de violência doméstica, ao abrigo da lei 112/2009, de 16 de setembro, no art. 14º, na atribuição de estatuto de vítima pode-se ler-se que, no âmbito do processo penal a vítima tem direito a obter uma indemnização parte do agente do crime



dentro de um prazo razoável de ser reembolsada das despesas resultado da sua legítima participação no processo penal.

Mesmo com todos os direitos que lhe estão atribuídos por lei, estas mulheres encontram-se num estado em que a sua autoestima simplesmente não existe, tal como afirma Wacker (citado por Dias, 2004, p.129) “a mulher maltratada é uma pessoa desprotegida e de que as suas características psicológicas e comportamentais devem ser vistas, não como uma causa da violência conjugal, mas sobretudo como o seu resultado,” tudo o que vivenciaram deixou marcas que as acompanham para o resto da vida.

Serra (citado por Dias, 2004), refere que nas relações violentas o agressor pune a vítima deixando-a insegura e fragilizada levando a que esta crie uma resistência em deixar a relação abusiva.

Dentro desta dependência e de medo em abandonar a relação violenta, a mulher sente a necessidade de se proteger psicologicamente devido a toda conjuntura social, assim é necessário que a sociedade encare esta relação de violência como degradante e que esta “promove a subordinação da vítima e a sua punição, a maior fonte de sofrimento passa a ser a designação moral da culpa, a vítima precisa de ser reconhecida como inocente de um agressor culpado” (Dias, 2004, p.136).

A hipótese da separação ou divórcio é uma decisão difícil a ser tomada por estas mulheres não só pela sociedade mas também pelas dificuldades financeiras decorrentes do divórcio, uma vez que “porque implica quase sempre que ela e os filhos sofram um declínio nos padrões de qualidade de vida” (Dias, 2004, p. 136).

## 5. Intervenção de entidades de 1ª Linha

As entidades de 1ª linha têm como principal meio de atuação a operacionalização da sinalização e atendimento mais célere à vítima de violência doméstica.

São designadas de 1ª linha as: Forças de Segurança (PSP e GNR), organismos locais como Câmaras Municipais, Centros de Saúde, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), através do número 800 202 148, a linha Nacional de emergência social (LNES) com o número direto 144 ([www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)).

Após a vítima ao recorrer a estas instituições e solicitar ajuda na solução do seu problema, aquelas entidades irão unir esforços para a sua solução, nomeadamente através do encaminhamento dos casos para os Núcleos de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) e Casas Abrigo, para uma segurança mais eficaz.

No ano de 1971 em Inglaterra surgiu a primeira casa abrigo criada para mulheres maltratadas, após a sua criação surgiu uma enorme campanha de sensibilização pública, para alertar sobre a problemática, com a aplicação de medidas e políticas sociais de prevenção, visando a proteção dos mais vulneráveis (Dias, 2004, p.70).

Para uma melhor intervenção dos profissionais sociais é importante compreender qual é o papel que as entidades de primeira linha têm no processo de intervenção, quer seja no âmbito da sinalização de casos ou de encaminhamento para as entidades competentes.

É quase sempre numa ida ao médico de família que as situações de violência doméstica são detetadas, uma vez que geralmente existe uma empatia com estes profissionais de saúde, estes estão numa “(...) posição privilegiada para não só identificar

as situações de maus tratos, como para intervir preventivamente reconhecendo as situações de risco, identificando os idosos que necessitam de proteção(...)" (Costa, Pimenta, Brigas, Santos & Almeida, 2009, p. 541).

De acordo ainda com as autoras acima referidas "Em Portugal cada profissional tem a obrigação legal de denunciar as situações de maus-tratos (alínea b, do artigo 242º) do Código do Processo Penal – a denúncia é obrigatória, ainda que os agentes do crime não sejam conhecidos...para os funcionários... quanto a crimes de que tomaram conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas" (Costa et al., 2009, p.539).

Os profissionais da área da saúde, tais como os profissionais de outras áreas, em virtude da violência doméstica ser um crime público têm o dever de denunciar e de sinalizar as situações com que se deparam às entidades competentes, quer seja aos Órgão de Policia Criminal, Ministério Público, Serviços Sociais bem como Associações de Proteção à Vítima.

Ainda no âmbito da sinalização/encaminhamento pode-se enquadrar a Guarda Nacional Republicana (GNR) como uma força polivalente uma vez que o seu posicionamento institucional pertence às forças militares sendo capazes de vigiar e proteger todos os tipos de conflitualidade em quaisquer das modalidades de intervenção das forças nacionais. A GNR em "termos estratégicos, visa desenvolver e implementar novas formas de organização policial, técnicas de proximidade e visibilidade, bem como estabelecer programas específicos focados em problemas concretos e em grupos mais vulneráveis" (GNR, 2019).

Tendo em conta que os idosos pertencem a uma faixa etária mais isolada na sociedade, a GNR desenvolve um trabalho com esta população com uma maior

proximidade, para permitir a criação de laços de confiança de modo a que seja mais fácil detetar situações de maus-tratos, quer sejam físicos, psíquicos, isolamento social ou negligência. Apesar do crime público de violência doméstica contemplado na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro ser generalista e não especificar as vítimas idosas, a GNR sinaliza estas situações e trabalha em rede com os parceiros sociais.

De acordo com a lei n.º 61/91, de 13 de agosto, no art.1 ponto 2 (lei de proteção às mulheres vítimas de violência), pode-se ler no primeiro artigo “O sistema de proteção previsto no presente diploma aplica-se quando a motivação do crime resulte de atitude discriminatória relativamente à mulher, estando nomeadamente abrangidos os casos de crimes sexuais e de maus tratos ao cônjuge, bem como de rapto, sequestro ou ofensas corporais”.

Foi também contemplado no art.º 8 da referida lei, quais as competências dos profissionais da GNR que na generalidade passam por ouvir a vítima; informar a vítima relativamente aos seus direitos; atendimento especializado por um técnico de apoio à vítima (TAV), no sentido de haver um atendimento personalizado na recolha de informação imprescindível ao processo-crime; e elaboração um relatório com as observações e as providências tomadas e anexar a participação criminal.

Posteriormente com a Resolução da Assembleia da República n.º 31/99-Regulamentação da legislação que garante a proteção às mulheres vítimas de violência, reforça-se quais as competências dos órgãos de polícia criminal enquanto entidades de primeira linha.

“A criação, junto dos órgãos de polícia criminal competentes, de secções especializadas para atendimento direto às mulheres vítimas de maus tratos, às quais

competente, nomeadamente, ouvir as vítimas, encaminhá-las, prestar a colaboração necessária, providenciar o atendimento das vítimas por técnicos de saúde e pessoal especializado, acorrer aos estabelecimentos hospitalares onde as vítimas se encontrem para encaminhamento da queixa, bem como elaborar relatórios sobre as situações atendidas e encaminhar dados estatísticos” (Resolução da Assembleia da República n.º 31/99).

Sendo os idosos uma população vulnerável, o atendimento deverá ser realizado de modo a que se sintam seguros para que toda a sua situação de violência seja exposta de maneira fiável e sem constrangimentos.

O Instituto de Segurança Social tem ao dispor de todos os cidadãos um número gratuito e que está disponível 24 horas, 365 dias por ano, designado de LNES (Linha Nacional de Emergência Social), no qual se encontra um profissional qualificado para dar respostas e encaminhamento às questões que se prendem com todas as questões de perigo/risco. O público - alvo desta linha de emergência são idosos em situação de abandono, crianças e jovens em perigo, pessoas vítimas de violência doméstica, pessoas em situação de sem-abrigo.

As parcerias são uma mais-valia para as situações de emergência social, visto que em rede a resposta é mais célere. Assim foram celebrados protocolos com os centros distritais de segurança social e desde logo os serviços locais de ação social, associações de apoio à vítima, câmaras e juntas de freguesia, comissão de proteção de crianças e jovens, forças de segurança, consulados, hospitais e centros de saúde, e instituições particulares de solidariedade social.

Esta linha é muito utilizada nos atendimentos de violência doméstica, os profissionais tentam perceber qual é a situação e a sua gravidade, aconselhando e até

fazendo de imediato o encaminhamento da vítima para uma das Casa Abrigo da rede disponível.

Os contactos destas casas são disponibilizados pela CIG, que gere a rede de casas abrigo.

A CIG, na sua missão, destaca a promoção e defesa da igualdade de género e o combate à violência doméstica e de género, bem como a implementação dos Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica. Esta comissão não é uma entidade de primeira linha no entanto tem ao dispor das vítimas um número gratuito para esclarecimentos e encaminhamentos o 800 202 148 (CIG, 2013b).

Desta forma a CIG tem ao longo de diversos anos da sua existência-desenvolvido e participado em encontros a nível nacional e internacional, “Comunidade Europeia, Conselho da Europa, Nações Unidas, em cujo Comité CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres) defende os relatórios de Portugal” (CIG, 2013).

Desta forma, este organismo procura “responder às profundas alterações sociais e políticas da sociedade em matéria de cidadania e igualdade de género. Garantir a execução das políticas públicas no domínio da cidadania, da promoção e defesa da igualdade de género e do combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos” (CIG, 2013).

## **6. Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica.**

Foi na década de 80 que os estudos sobre o fenómeno da violência doméstica se começaram a intensificar, tendo nessa sequência surgido o I Plano Nacional Contra a

Violência Doméstica com a duração de três anos (1999-2002) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99. Neste plano a preocupação com a violência doméstica era já notável, definindo-se a vítima como “É-se vítima por parte de outrem quando as manifestações agressivas deste, pela sua intensidade, criam no outro uma situação de constrangimento e de submissão de que não consegue sozinho(a) libertar-se, ficando, portanto, numa situação de sofrimento e risco psíquico e ou físico, de que o outro abusa de forma arbitrária e injusta” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, 1999).

Visando a prevenção e os direitos humanos com especial atenção aos membros do agregado familiar mais vulneráveis este plano contempla a intervenção de várias áreas entre as quais a da educação:“(…) numa perspetiva de não violência, nos currículos escolares e na prática pedagógica temas relacionados com os direitos humanos na família, designadamente a igualdade de todas as pessoas que a compõem os direitos dos seus membros mais vulneráveis, os aspetos positivos das relações interpessoais, dos valores da cidadania (...)”(Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/1999).

Por seu lado o II Plano Nacional Contra a Violência (2003-2006), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, refere que as situações de violência doméstica estão a aumentar e apresentam incidência nas “crianças, pessoas idosas e mais frágeis, como é o caso dos cidadãos portadores de deficiência” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003). Neste Plano refere-se ainda que os maus tratos são amplos e que se podem aplicar a todas as faixas etárias como o “espancamento até ao abuso sexual, violação, incesto, ameaças, intimidação e prisão domiciliária” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003).

Já o III Plano (2007-2010) adotado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, refere que a violência doméstica atinge todas as faixas etárias e as pessoas mais vulneráveis, mas a “realidade comprova que as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior parte das situações de violência doméstica, (...)”, narra também que apesar deste facto “não significa que todas as vítimas de violência doméstica sejam do sexo feminino e que todos os autores de atos violentos neste contexto sejam homens” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007).

O IV Plano Nacional Contra a Violência (2011 -2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, recomenda que se desenvolvam estratégias no combate à violência doméstica. Entre os seus vários itens destaca-se que o mesmo refere que se deverá dar “especial atenção às mulheres idosas vítimas de violência doméstica”. É este o único plano que tem uma recomendação específica para esta população (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010).

No V Plano Nacional Contra a Violência (2014-2017) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 observa-se uma mudança de paradigma, no sentido de incluir a violência de género, a mutilação genital feminina e as agressões sexuais. Assenta ainda numa perspetiva de autonomização e integração profissional e social da vítima, recomendando que os diversos agentes trabalhem em rede. Consequentemente, este plano torna-se mais específico e atual, pois engloba todas as situações citadas anteriormente.

Contudo, este plano apresenta insuficiências relativamente à população idosa, não se dando ênfase à sua autonomização (apoios económicos do Estado Português para apoiar a sua reentrada na sociedade), nem aos procedimentos específicos a ter com esta população (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013).



As casas abrigo que acolhem as vítimas de violência doméstica visam a autonomização da vítima e do seu agregado familiar, como se pode verificar no Decreto Regulamentar n.2/2018, de 24 de Janeiro, diploma que regula as condições de funcionamento das casas de abrigo. De acordo com o seu art.4º, as casas de abrigo visam o acolhimento temporário das mulheres e as crianças, proporcionando-lhe proteção física e psicológica, bem como condições necessárias à educação, saúde e bem-estar em ambiente tranquilo e seguro. Visam ainda promover a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais das mulheres vítimas, promovendo através de respostas adequadas a reorganização das suas vidas, visando a respetiva reinserção familiar, social e profissional (Decreto Regulamentar n.2/2018).

Para o período 2018-2021 o governo aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND), que tem como principal objetivo a eliminação de estereótipos baseados no sexo, etnia, nacionalidade, idade, deficiência, que de forma direta ou indiretamente que impedem a plena igualdade entre homens e mulheres, reforçando os modelos históricos existentes que não incluíam a eliminação destes estereótipos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018).

Desta forma o governo no plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica da ENIND, assume o compromisso de “Prevenir, erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD (violência contra as mulheres e violência doméstica), conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não-violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação; Apoiar e proteger, ampliar e consolidar a intervenção; Intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização; Qualificar profissionais e serviços para a

intervenção; Investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas (...) ” (Resolução de Conselho de Ministros n.º61/2018).

É uma política igualmente generalista em que as mulheres especialmente as idosas não são particularmente contempladas, no entanto o empoderamento das populações no sentido de haver mais responsabilização e mais prevenção por parte do Estado Português, considerando-se uma medida de extrema importância.

A violência é um grave problema de saúde pública, que provoca graves problemas nas vítimas e na sociedade. É pois pertinente que existam mais estudos sobre este fenómeno e na implementação de políticas adequadas às necessidades da faixa etária dos idosos (Lopes et al., 2014).

Finalizando esta etapa sublinha-se que Portugal assinou diversos documentos vinculativos no combate à violência doméstica e de género, nomeadamente a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). Temos ainda que no quadro das nações unidas Portugal faz parte integrante da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim.

## **7. Enquadramento Jurídico**

### **7.1. Breve Evolução Histórica**

No que se refere à perspetiva jurídica sobre a problemática da violência, só na década de 90 é que passou a ser alvo de legislação específica em Portugal (Dias, 2004).

No entanto, já o Código Penal de 1982, criminalizou a violência exercida no seio familiar, dado que consagrava o crime de maus-tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges.

No que toca à violência entre cônjuges, a Lei n.º 61/91, de 13 de agosto, foi a 1ª lei de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Foi aqui consagrado que este tipo de crime tinha natureza semipública, mantém-se a violência contra as mulheres na esfera privada.

Mais tarde, há alterações ao Código Penal em 1995. Apesar do crime de maus-tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge, manter a natureza semipública, foi alargado o âmbito de aplicação da lei a pessoas que convivam em condições análogas às dos cônjuges.

Outra alteração ao Código Penal foi feita em 1998, no que toca ao crime de maus-tratos e infração de regras de segurança, o MP passou a ter legitimidade para dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser, podendo esta opor-se ao mesmo até à dedução da acusação.

Em 2000, as alterações ao Código Penal fizeram com que passasse a ser crime público e passou a haver aplicação da pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo a medida de afastamento da residência.

Posteriormente, com a reforma penal de 2007, ficou definida, no seu artigo 152.º, a autonomização do crime de violência doméstica, a eliminação dos requisitos de reiteração ou intensidade, o alargamento do tipo relacional entre agressor e vítima e o aumento da pena em função do resultado e em função das circunstâncias.

Mais recentemente, as alterações ao Código Penal em 2013 levaram ao alargamento do tipo relacional entre agressor e vítima, passando a incluir o namoro e a pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho.

Uma vez que o crime de violência doméstica é público, isto é o procedimento criminal não depende de queixa nem de acusação particular da vítima. O Ministério Público promove o processo criminal logo que qualquer órgão de polícia criminal tome conhecimento de uma situação de violência doméstica, seja por que meio for (Estatuto da vítima, Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro). Com esta lei inicia-se o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, estabelecendo a proteção e a assistência às vítimas.

Importa ainda ressaltar o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica (Lei 104/2009, de 14 de setembro). Também a Constituição da República Portuguesa contempla desde sempre a proteção às vítimas independentemente da violência que tenha sido exercida sobre elas, bem como a igualdade entre homens e mulheres, verificando-se nos artigos 13.º (princípio da igualdade), 24.º (Direito à Vida), 25.º (Direito à integridade pessoal), 27.º (Direito à Liberdade e à Segurança), 72º (Terceira idade).

## Capítulo II - Enquadramento Metodológico

Neste capítulo apresentaremos a metodologia investigativa seguida dos instrumentos de recolha de dados, cuidados éticos adotados na recolha dos mesmos, e o processo de tratamento da informação.

### 1. Natureza da investigação

No âmbito das ciências sociais e humanas é possível distinguir dois paradigmas de investigação centrais – o paradigma qualitativo e o paradigma quantitativo, sendo que na presente investigação se adotou o método qualitativo, uma vez que é o que mais se coaduna com os objetivos definidos e com a problemática em estudo.

Etimologicamente, a palavra metodologia é de origem grega resultando da junção de dois termos – ou seja, resulta de junção do termo *methodos*, que significa organização, e *logo*, que significa palavra e portanto, refere-se ao estudo e à razão (Reis, 2010). A metodologia diz respeito ao “conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica”, refletindo-se num “plano criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões de investigação colocadas ou às hipóteses formuladas” (Fortin, 2003, p. 372).

Por outras palavras, a metodologia engloba os métodos e as técnicas adotadas ao longo da investigação e estes são escolhidos em função do fenómeno em estudo, possibilitando ao investigador a “compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. ~

Ela observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresenta sem se preocupar em controlá-los” (Fortin, 2003, p. 373). Como sublinha Groenewald (2004), os métodos a utilizar numa investigação devem ser seleccionados, adequados e desenvolvidos tendo em linha de conta a compatibilidade com a natureza do fenómeno em estudo e por isso mesmo, tanto o método como o tipo de participantes são escolhidos em função do mesmo.

Como já se referiu, a metodologia adotada neste estudo é de cariz qualitativo, uma vez que este tipo de investigação visa “desenvolver uma compreensão de como o mundo é construído, reflexão que pode ser realizada sob diferentes perspetivas. A investigação qualitativa é humanista, e parte do princípio que individualmente e, coletivamente, criamos o mundo em que vivemos e somos por ele responsáveis” (Campos, 2012, p. 20).

A investigação qualitativa privilegia as questões relacionadas com a vida das pessoas e com os significados que estas constroem sobre o mundo que as rodeia, na medida em que o conhecimento procurado encontra-se no modo como ocorrem as experiências do sujeito e quais os significados que o mesmo lhes atribui (Bogdan & Biklen, 1994).

Além disso, a investigação de natureza qualitativa permite produzir conhecimento em três áreas distintas, sendo elas o conhecimento do outro, o conhecimento do fenómeno e o conhecimento reflexivo (Campos, 2012).

Quando se opta por realizar um estudo qualitativo, este centra-se na experiência dos participantes, na reflexão e interpretação do próprio investigador, como também integra a descrição e interpretação do problema inerente à investigação (Creswell, 2007).

Atendendo ao que foi supramencionado, realizou-se um estudo exploratório, tendo-se recorrido a abordagens biográficas.

Este estudo qualitativo é uma mais valia no sentido em que permite uma maior confiança entre o investigador e a amostra pretendida, sendo que esta pesquisa tem como objectivo a compreensão dos fenómenos da violência doméstica e a importância ou significado que cada mulher lhe atribui.

A metodologia de investigação qualitativa leva-nos ao estudo de casos, uma vez que estes estudos privilegiam a compreensão do problema, a partir da perspectiva de cada mulher.

Uma das técnicas da investigação qualitativa é a entrevista, esta ao colocar-nos em contacto directo e aprofundado com as vítimas, permite compreender cada detalhe do que envolve este fenómeno, isto é “os porquês” de se manterem numa violência durante tantos anos.

Por sua vez a pesquisa biográfica é pertinente neste estudo pois esta visa a análise desta mulher no seu meio social e as suas experiências e o quanto estas foram importantes para a continuidade da sua vida conjugal. Daí a grande importância da entrevista pois esta visa colher e ouvir em singularidade a pessoa naquele exato momento em que foi a sua vivência com a descrição da violência vivida.

Segundo Oliveira (2012, p. 526) “ a entrevista de pesquisa biográfica procura apreender e compreender é justamente a configuração singular de fatos, de situações, de relacionamentos, de significações, de interpretações que cada um dá à sua própria existência e que funda o sentimento que tem de si próprio como ser singular.

As entrevistas biográficas foram realizadas a quatro mulheres com idades compreendidas entre os 67-83 anos.

Após termos conhecimento da existência destas mulheres, houve uma primeira abordagem para a apresentação do trabalho e para combinarmos os dias das entrevistas e a apresentação do consentimento informado, Após estas etapas tiveram início as entrevistas biográficas.

Importante salientar que desta quatro mulheres nenhuma corria risco ou perigo devido á sua condição de vitima e que todas tinham os seus processos crimes resolvidos, não menos importante de referir que para não colocar em risco uma quinta mulher não foi possível realizar a entrevista.

## 2. Instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados foi utilizado como instrumento a *entrevista* com a função de registar as informações recolhidas, uma vez esta é “bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a cerca das coisas precedentes” (Gil, 1991, p.113).

A *entrevista* mais pertinente de ser utilizada foi a *semiestruturada* pois esta tem um número de perguntas precisas acerca do tema e outras “perguntas-guias, relativamente abertas, a prepósito das quais é imperativo uma informação do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192).

A entrevista do tipo semiestruturada, também designada de semidirigida ou semidiretiva (Quivy & Campenhoudt, 2008), permite ao entrevistador recolher dados objetivos e subjetivos (Minayo, 1989), caracterizando-se por ser suportada por um guião, previamente construído pelo entrevistador, revelando-se um eixo orientador para o



desenvolvimento da entrevista. Além disso, permite que o investigador se prepare para a entrevista, como também orienta o entrevistado.

A escolha por este tipo de entrevista resultou o facto da entrevista semiestruturada dar liberdade, aos entrevistados, na abordagem da temática em questão e também porque o recurso às perguntas abertas permite que o entrevistado desenvolva o seu discurso com liberdade, flexibilidade e criatividade, que reformule e explore as suas respostas. Além disso, permite orientar o entrevistado de forma a este dar resposta aos objetivos e à questão de investigação, não fugindo ao tema ou ao que lhe é perguntado.

Para terminar, também se optou pela entrevista semiestruturada porque “quando se utiliza um guião, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 135).

Para a elaboração do guião de entrevista foi necessária a utilização da *grelha analítica* (Anexo I) que segundo Guerra (2006) tem como função questionar a problemática muito para além do senso comum seguindo alguns pressupostos explicativos que irão permitir a interpretação do fenómeno em análise.

Os dados foram obtidos através de entrevistas aprofundadas (em que se privilegiou a abordagem biográfica) a quatro mulheres vítimas de violência doméstica, com idades compreendidas entre os 67 e 83 anos. A escolha destas mulheres recaiu no facto de trabalhar na área da Violência Doméstica há treze anos e, uma vez que o meio envolvente é pequeno, estas situações são do conhecimento dos técnicos.

Foi através da construção de uma *grelha* que surgiu o guião de entrevista (Anexo II), com a finalidade de atingir os objetivos deste estudo.

Este foi construído com vista a dar resposta às questões que se levantaram previamente neste estudo: (i) compreender o que tinha ocorrido durante o percurso familiar desde a sua infância, (ii) se os episódios de violência prevaleciam na família da vítima, (iii) entender se a escolaridade é um fator potencializador de maus tratos bem como as profissões, (iv) como eram geridos os rendimentos destes agregados levando ao fator da autodeterminação da pessoa, (v) o porquê de manter estas relações/vivências entre pares durante tantos anos, (vi) se a zona geográfica seria um potencializador de maus tratos, (vii) conhecer/compreender quem foi o autor do crime e os fatores a ele associados, (viii) qual a solução encontrada e (ix) se as entidades de primeira linha tiveram um papel ativo nesta sua nova condição de vítima(s).

### **3. Questões éticas associadas à recolha de dados**

Na técnica de recolha de dados, através de entrevista, é essencial respeitar os princípios éticos, “muito particularmente de histórias de vida, devido ao carácter intimista que tem sempre uma narração biográfica” (Guerra, 2006, p.52).

Desta forma foi realizado o consentimento informado verbal e escrito com a recolha da assinatura, às quatro mulheres entrevistadas, em que a todas lhes foi entregue um exemplar do mesmo.

É uma amostra por caso único, uma vez que se irá efetuar “uma análise intensiva (...) ensaiando-se geralmente entrevistas aprofundadas com técnicas complementares de recolha de informação” (Guerra, 2006, p.44).

#### 4. Processo de tratamento da informação

Após a recolha das entrevistas foi necessário transcrevê-las de forma fidedigna, isto é, tudo foi transcrito tal como estava na gravação. Para a leitura das mesmas foi necessário a “impressão deixando-se margens largas à esquerda e à direita”, dado que estas têm a função de resumir as entrevista registando “na margem esquerda uma pequena síntese da narrativa análise temática e na margem direita a relação mais conceptual com o modelo de análise a análise problemática” (Guerra, 2006, p.70).

Após a transcrição das entrevistas foi necessário sintetizar as mesma através da análise categorial esta “faz a mediação para uma explicação e para a construção ideal (...)”, através de um esquema com as questões levantadas e as respostas mais pertinentes de todas as mulheres (Guerra, 2006, p.80).

Após a análise da transcrição das entrevistas realizadas às mulheres as dimensões de análise, comuns em todas as entrevistas:

- 1) Percursos / Características Sociodemográficas;
- 2) As crenças da vítima sobre a violência doméstica;
- 3) Motivos que levam à duração da relação;
- 4) Perfil dos agressores;
- 5) O funcionamento das entidades de 1ª linha.

No que se refere ao tratamento de dados deste estudo foi empregue a *análise de conteúdo* uma vez que se considera ser a técnica mais adequada, tendo em consideração o instrumento de recolha de dados utilizado (a entrevista semiestruturada).

Pretende-se com a análise de conteúdo “descrever as situações. Mas também interpretar o sentido do que foi dito” (Guerra, 2006, p.69). De facto, a problemática da

violência em idosos merece que seja descrita tão exaustivamente quanto a vítima o consiga fazer.

Segundo os autores Silva e Pinto (1986, p. 104) a “análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação, não é um método”.

### Capítulo III – Apresentação e Discussão de Resultados

#### 1. Apresentação de resultados

Os resultados obtidos no presente estudo foram organizados e analisados em 5 eixos fundamentais, analisados seguidamente, correspondentes aos objetivos delineados e às questões formuladas.

As 4 entrevistadas serão designadas por: E1, E2, E3 e E4.

##### 1.1. Percursos / Características Sociodemográficas

Depois de efetuada a leitura das entrevistas organizou-se o ponto “percursos/caraterísticas sociodemográficas” segundo as categorias e subcategorias seguintes:

Tabela 1 – Categorias e subcategorias de análise

<b>Categoria de análise</b>	<b>Subcategoria</b>
Trajetória geográfica /habitacional	Local de nascimento Locais de residências Aspiração quanto à residência - a casa e a localidade sempre foram nos locais que desejou ou a opinião/desejos não eram tidos em conta
Percurso escolar ou profissional	Nível de escolaridade Profissões desempenhadas Quais as ambições que desejava-gostaria de ter terminado a escolaridade ou desempenhar alguma profissão

Trajetória familiar	<p>Percurso de vida familiar- a relação familiar entre os pais e a própria pessoa</p> <p>Agregado familiar – quantas pessoas pertenciam ao agregado familiar para além da própria pessoa</p> <p>Agregado familiar – depois do casamento quantos filhos tiveram</p> <p>A existência de violência doméstica na vida quotidiana foi um marco para que a experiência matrimonial permanecesse assim</p> <p>Esta violência era praticada onde e na presença de filhos</p>
---------------------	--

As entrevistadas vivem em cidades pertencentes à região do Alentejo, a sua idade varia entre os 67 e os 83 anos, e descreve-se na tabela abaixo as habilitações e o tipo de família.

Tabela 2 – Dados sociodemográficos

	Idade	Habilitações	Tipo de família
<b>E1</b>	83 anos	Analfabeta	Unipessoal – viúva com 2 filhos independentes
<b>E2</b>	67 anos	7.º ano	Nuclear sem filhos, 2 filhos independentes
<b>E3</b>	69 anos	4.º ano	Unipessoal – divorciada com 3 filhas independentes
<b>E4</b>	81 anos	Liceu	Unipessoal - divorciada com 2 filhos e 1 filha independentes

Há referência em 3 casos a infâncias difíceis, 2 casos de pais alcoolizados e mães que foram agredidas. Apenas uma inquirida refere ter tido uma infância normal. Neste sentido, como refere E1, *“Éramos pessoas pobres trabalhávamos muito (...)”, “O meu pai bebia muito vinho como é costume aqui nesta nossa terra, (...) ele depois deitava-se, nunca vi o meu pai bater na minha mãe”*.

No caso de E2, *“Do meu pai não me lembro, mas a minha mãe era uma pessoa muito fria (...)”, “Ela recebia homens em casa, eu cheguei muitas vezes a vê-la fazer aquilo, muitas vezes era na minha frente eu não tinha mais de 10 anos.”*

Como já referido, um dos casos revela ter tido uma infância normal, tratando-se de E3, que descreve a sua vivência como *“normalíssima, ele é que foi uma pessoa traumatizada uma vida inteira.”*

Por fim, E4 refere: *“O meu pai era um homem que bebia muito, (...), a minha mãe quando o via alterado calava-se.”, “ (...) dizia palavrões, o que ele mais dizia à minha mãe era, “puta daquele corno, “ cigana”, ela não lhe respondia.”*

Entende-se que todas estas pessoas tiveram diversos tipos de vivências na sua infância e juventude, embora a maioria tivesse nascido e crescido em ambiente rural, pois as cidades no interior do país têm a particularidade de só há alguns anos se terem desenvolvido ao nível socioeconómico. Acontecia, também que o maltrato conjugal era mantido na privacidade e intimidade do lar, espaço onde, culturalmente, a mulher deveria submeter-se à autoridade do homem. Sobre as habilitações das entrevistadas e o seu percurso profissional, entendeu-se que os níveis de formação eram baixos. No caso de E1, esta refere *“ (...) nunca fui à escola não havia tempo para isso, hoje sei fazer só a letra do meu nome o M, mais nada”*., *““Quando tinha para aí 15/16 anos comecei a trabalhar*

*para as senhoras aquelas que tinham mais dinheiro (...)*". Passou também pela zona do Algarve e voltou à região do Alentejo, onde permanece atualmente.

No caso de E2, tem o 7.º ano de escolaridade, apesar de atualmente ter nacionalidade portuguesa, não passou a infância em Portugal e refere que *"fui saltando de namorado em namorado sem nunca querer saber da minha mãe"*, até conhecer o marido e vir com ele para Portugal, onde trabalhou num restaurante que abriram juntos.

A terceira entrevista, E3, refere que tem o 4.º ano e sempre trabalhou *"No campo e no que aparecia (...)"*. Por fim, E4 refere que tem o 5º ano do liceu trabalhou na escola de M. e depois foi para Lisboa para os serviços centrais, para a direção geral do ensino superior, há 46 anos.

Sobre a trajetória familiar, E1 relata situações, durante quase toda a sua vida, de violência doméstica. Como já referido, o pai bebia, mas contou que *"Toda a gente aqui da aldeia me conhecem e sabem que o que digo é verdade, os meus pais e o povo ajudaram-me a criar os meus filhos"*. Conseguiu, de alguma forma, pôr fim ao que vivia com o seu marido, mantendo a sua independência perante a vida, no entanto numa fase posterior, são os dois filhos a maltrataram-na. Um dos filhos tirou-lhe dinheiro, *"Sabe o meu filho A. foi à Caixa tirar-me dinheiro não me disse nada"*, o outro agride-a, tendo relatado um dos muitos episódios, *"Naquela noite chegou a casa muito bêbedo e voltou a pedir dinheiro, eu disse que não tinha (...). Eu disse-lhe que se me toca ligava à GNR, ele estava tão bêbedo que não teve medo nenhum, pediu outra vez e agarrou-me por os braços e jogou-me para o sofá. Fiquei caída entre o sofá e a parede sem poder mexer o meu braço"*.

A segunda entrevistada, E2, teve uma história de vida muito particular uma vez que tendo dupla nacionalidade Francesa e Portuguesa, sente-se estrangeira no nosso país. Não

conheceu o pai, teve sempre uma péssima relação com a mãe e conheceu o marido, “(...), *era português, foi num bar onde faziam bailes e eu ia sempre*”. “O J. trabalhava na construção civil, foi assim que vim para Portugal, tivemos 2 filhos. Durante o nosso namoro quando ele começava a resmungar ou até a dar-me uns empurrões eu pensava que *era normal*”. A filha nunca lhe deu problemas, mas o filho começou por beber, passou para as drogas, “*deixou a escola e quando ia ao restaurante a pedir dinheiro, ao início ainda lhe dava e o pai também, mas depois isso era mau*”. A par de todos esses problemas, começou, ela própria, a consumir álcool. Quando deixou de dar dinheiro, o filho “*um dia desapareceu, foi ao restaurante e disse “ nunca mais vão me encontrar” ia com umas pessoas que nunca tinha visto, desde esse dia nunca mais o vi já vão uns quase 20 anos*”.

A partir daí tudo piorou, o consumo de álcool aumentou, as violações do marido também. Mantém-se com ele ainda hoje, “*É uma vida triste, sozinha sem os meus filhos e estas zangas com o meu marido quase todos os dias, ele está sempre a dizer “não prestas para nada, és um fardo na minha vida, mas porque me casei contigo, nem sabes cozinhar”, eu grito com ele e ele comigo, todos os dias.*”. Verifica-se assim que existe uma dependência económica associada ao consumo de álcool por parte da vítima e agressor, levando a episódios de violência psicológica e física e em algumas situações com tentativa de abuso sexual. Neste caso a vítima dependia do agressor visto não auferir rendimentos para se sustentar, o que prova que a dependência económica é um fator de risco. A vítima regressa a casa uma vez que depende emocionalmente deste homem, é uma pessoa vulnerável já que fica exposta a possíveis agressões quer físicas, psicológicas e até isolamento social por parte da comunidade em que está inserida.



Por fim, E3 refere que sempre presenciou situações de violência, transportando o comportamento materno para a sua vida conjugal. No namoro tudo corria bem, mas a ida para a guerra mudou-o, *“Durante o namoro adorava-me, andava só agarrado a mim, só agarrado a mim, mas quando ele veio do ultramar eu vi logo que ele trazia uma mudança”*. Refere que *“Namoramos 8 anos e 40 de casados e muito sofrimento, porque é que eu quando ele me começou a bater, não o deixei”*. As agressões foram uma constante durante todo o matrimónio, fossem físicas, psicológicas e até económica: *“Eu trabalhava, ele trabalhava, mas o dinheiro dele, eu nunca lhe vi um cêntimo, ele recebia o ordenado dele e ia mete-lo na caixa, só em nome dele, só que eu não sabia”*. Foi uma vida de dor sendo que *“Foi só sofrimento, desde o 1.º mês de casada, levava porrada que o sangue corria-me do nariz, da boca por onde calhava.”*, *“Eu tinha muito medo dele (...)”*.

Constata-se pela descrição que a violência física era uma constante com episódios graves, em que o agressor tem o domínio total da vítima não lhe dando a esta oportunidade de defesa.

Por outro lado, a E4 teve uma história de vida particularmente diferente das anteriores, pois nunca tinha vivenciado alguma experiência de violência doméstica, só o seu marido é que tinha tido passado por tal situação e com a qual nunca conseguiu afastar-se, reproduzindo o que tinha vivido em sua casa. Contou *“Eu namorei o meu marido 5 anos, ao fim de 5 anos resolvemos casar e no ano em que estávamos para casar rebentou a guerra em Angola, (...)”*, *“Veio de avião e como a inconsciência pairava fiquei grávida, ele nunca me viu grávida, (...) voltou para cá dia 4 de Setembro de 1963”*.

*“Como as saudades eram muitas (...) no mês seguinte fiquei logo grávida da J. (...)”*

*“Como eu tinha tido um parto difícil, fiquei com uma ferida no útero que não foi detectada (...) não fez mais, arranhou logo a amante (...)”.*

Apesar de estar atualmente divorciada (foi ele que pediu o divórcio), refere que *“Estivemos casados 46 anos é muito tempo e 5 de namoro foram 51, há 62 anos que eu me comecei a relacionar com esse homem”*. Ao longo de todo o casamento as relações extraconjugais, por parte do marido, mantiveram-se, mas considera-o boa pessoa afinal, *“Os ordenados estes eram geridos por mim, pois ele era um parvalhão, é por isso que agora está na penúria, (...)”*. *“Porque o que ela quer é explora-lo [a atual mulher], eu geria tudo, eu é que decidia tudo, (...)”*. *“Ele deixava -me fazer tudo, ele é um bonzalhão e parvalhão”*.

Foi vítima de violência psicológica e atualmente sofre ameaças via telemóvel, mas considera que *“(...) as coisas que me diz é de raiva, as coisas que me põe são coisas que não tem pés nem cabeça e não têm fundamentos (...)”*.

De salientar que nestes relacionamentos existe uma dependência emocional para com o agressor, que pode estar interligada ao *status* que o papel da mulher tem na sociedade, isto é de subordinação, bem como para com a família.

## **1.2. As crenças da vítima sobre a violência doméstica**

Depois de efetuada a leitura das entrevistas organizou-se o ponto “as crenças da vítima sobre a violência doméstica” segundo as categorias e subcategorias seguintes:

Tabela 3 – Categorias e subcategorias de análise

<b>Categoria de análise</b>	<b>Subcategoria</b>
Crenças da vítima	Os motivos pelos quais a vítima acredita que era/é agredida Sentimentos relativos ao agressor/agressores

Violência Doméstica	Que atos de violência foram/são praticados Fatores associados à violência doméstica – o que motivou/levou para que a violência fosse uma presença na vida diária O agressor vivenciou estas situações A duração deste crime público (violência doméstica)
---------------------	--

E1 era apaixonada pelo marido e salienta que no início *“trabalhávamos os dois ele não bebia muito, mas quando bebia implicava mas eu não fazia caso”*. A situação mudou quando *“um dia fomos ver umas pessoas amigas e meteu-se na cabeça que tinha que vir para a [terra de origem] de madrugada de comboio eu disse que ele estava maluco, começou a dar-me sopapos na cabeça e nos braços (...)*. Depois desse dia, foram várias as situações de violência, *“O meu marido ficou muito zangado e começou a gritar os sopapos lá apareciam, mas isso eu não dava importância”*, até ao dia em que magoou um dos filhos. E1 relata: *“Um dia de inverno, estávamos a encher as linguiças outras a picar outra carne e outras pessoas a temperar (...) isto era muito tarde, eu fui a última a ir para casa porque varri e lavei o chão. Quando cheguei a casa o meu marido levantou-se foi beber vinho (...), ele levantou-me a mão para me bater (...) o meu filho levantou-se e disse mas o que é isto? Pediu para o pai parar porque já chegava de tantas garreias e meteu-se ao meio foi quando ele pegou numa faca e cortou os dedos do meu filho (...)”*.

Foi com esta agressão do marido ao filho, que esta situação levou um fim; o filho de E1 *“(...) perguntou-me o que eu ia a fazer se ia continuar ali depois de ele ter tentado matar-me e eu respondi que não sabia que já resolvia então ele fugiu para a casa da vizinha, hoje é a sogra a dizer o que o pai estava a fazer, mas ninguém apareceu, era assim.”*

No caso de E2, sempre soube reconhecer que a forma como viviam não era normal, mas desvalorizou dado que não existia violência física no início e ela própria já era consumidora de álcool. Os argumentos da entrevistada são sempre de desvalorização do que acontecia: *“ele só bebe vinho, não bebe outras bebidas”*, mas reconhece que vivenciou vários tipos de violência ao longo dos anos, desde sexual, a psicológica ou financeira: *“(…) e cada vez que queria ter sexo era assim que fazia, sabia que eu ao fim do dia depois de servir tantos clientes já estava alcoolizada ele voltava a fazer sexo comigo obrigada.”*, *“vinha com um ferro para me bater eu só tive tempo de fugir para o quintal e fechar-me numa casa de arrumações”*, *“Tenho que pedir-lhe dinheiro para tudo (..)”*. Vivem atualmente juntos, refere que não tem mais ninguém na família e acredita que o agressor gosta dela: *“Penso que ele ainda gosta de mim, ou tem pena de mim, porque senão já tinha feito de verdade alguma coisa mais grave”*.

No caso de E3, a entrevistada refere que namorou 8 anos e esteve casado outros 40. Refere que o namoro foram anos de felicidade. Casaram-se, mas ao fim do primeiro mês o marido disse-lhe *“se me quiseres deixar podes-me deixar porque o bom já eu te tirei agora o resto que comam os cães (...)”*. Nasceram as filhas, mas as traições do marido eram uma constante e chegava e ir para Lisboa ter com outras mulheres. Sofreu de violência financeira, *“Não dava um tostão para casa nem para a gente comer nem nada era eu que governava a minha casa.”*, violência psicológica, *“Eu quando estava grávida da minha L. tivemos que juntar uns tantos sacos de semente tínhamos que ensacar a semente, os sacos pesavam 80 kg, ele fazíamos carregar a mim, a pô-los na altura de 5 sacos, dizia-me “estica-te””, e com tudo isto foi-se distanciando e passou a sentir “nojo dele”*. Foram muitas as agressões, foi muitas vezes ao hospital, *“Fui tantas, essa vez, que ele me pôs os*

*pés no queixo e no peito”, “ não me partiu o pescoço no lava-loiça por que deus não quis”, “deu-me tantos pontapés e murros na cabeça.”. Pensou muitas vezes suicidar-se, “porque eu tive muitas vezes uma corda pendurada de uma laranjeira que está lá no quintal, para me matar e a corda estava metida debaixo da pedra do tanque, ali ninguém a achava”. A vida de E3 com o ex-marido, foi uma vida de medo, “Antes do ultramar correu bem, mas a bebida deu cabo da nossa vida, eu para ele era uma propriedade e se não fizesse o que ele quisesse já levava”. Divorciou-se do marido, e 2 das 3 filhas também se afastaram dela, “No outro dia encontrei a minha filha com a minha neta e o meu genro perto da caixa agrícola e nem pode ir falar à minha neta, a minha filha não me fala.”, “é triste tanto que passamos e agora estas duas filhas não me falam”.*

Por fim, E4 refere que “Nunca houve agressões só garreias mais nada”. Quando narrou a sua história contou que “a 20 de Outubro abalou para o ultramar, com 3 meses de casados”, teve dois filhos e da segunda gravidez ficou com uma ferida no útero, que serviu de marco para o início das traições do ex-marido. Por causa disso, “O ambiente em casa não era bom, e desde que fomos para Lisboa piorou (...)”. As infidelidades foram uma constante e o marido pediu o divórcio para poder casar com uma das mulheres com quem se relacionada fora do casamento. Mesmo com tudo isto, E4 não se queria separar: “Não me divorciava, eu não o queria, está percebendo?”. A verdade é que “Mesmo depois de estar separados entre 2002-2007 sempre lhe fiz as coisas mas os meus filhos não queriam, quando ele vinha a M fazia a limpeza a sua casa. Depois do divórcio foi igual, mas agora já me deixei disso. Porque estas mensagens...”. Atualmente, sofre de violência psicológica, através de mensagens no telemóvel, do ex-marido. “É violência psicológica e são

*mensagens de raiva, porque se vê abandonado por a outra, vê-se abandonado por os filhos e eu também não o quero porque é casado com a outra.”.*

### 1.3. Motivos que levam à duração da relação

Depois de efetuada a leitura das entrevistas organizou-se o ponto “motivos que levam à duração da relação” segundo as categorias e subcategorias seguintes:

Tabela 4 – Categorias e subcategorias de análise

Categoria de análise	Subcategoria
Causas do silêncio	Culpa Esperança Vergonha Dependência
Classe social	Fenómeno transversal à classe média, alta e baixa
Relação familiar e laço afetivo	Resguardar a relação com os filhos Repetição do padrão intergeracional de comportamento na família Pressão familiar Pressão sociedade

Como se pode verificar seguidamente as opiniões das 4 entrevistadas assemelham-se muito no toca ao(s) motivo(s) de ter durado tanto tempo as suas relações; referem sobretudo os filhos como motivo maior para continuar com os companheiros agressores.

E1 herdou a sua casa dos pais e por isso nunca a quis abandonar. Também refere que sabia que se saísse de casa as pessoas à sua volta iriam falar de si e, por isso, foi adiando a decisão. *“Eu fiquei em casa porque era minha tinha sido da minha mãe, (...)”, “Quando acordou voltou a dizer para me ir embora, mas a casa era minha, dos meus pais e dos meus irmãos. Eu disse-lhe que o povo ia falar de mim, do que me tinha acontecido, (...)”.* Também a vergonha e os filhos tiveram um enorme peso na decisão de E1 sendo que *“por vergonha nada dizia o que acontecia na minha casa com o meu marido, depois tinha*

*medo, os meninos já tinham estado 6 anos sem o pai, (...)”.* A história terminou quando o agressor deixou a casa de E1 e foi viver para outro local: *“(...) e quem tinha que sair daquela casa era ele que eu não dormia mais com ele, os meus filhos já tinham 21 anos, ele foi para a casa dos pais”.*

E2 tem vivido, ao longo de todos os anos de relação, totalmente dependente do marido. Refere que *“não tenho ido para a frente com a queixa-crime, não quero procedimento criminal, tenho medo de não ficar com o que é meu também”.* Na verdade, saliente que gosta do marido, acredita que ele também gosta dela, mas reconhece ao longo de toda a entrevista que não tem dinheiro e precisa dele: *“Gosto ainda dele, tenho que admitir, ele bebe, (...)”.*, *“Ele podia sair e ir viver para outro sítio, eu ficava lá, afinal sou eu que não tenho nada, que tenho que pedir dinheiro para tudo”.* Termina salientando que reconhece que a situação não é normal, mas desculpabiliza as agressões, dada a dependência que tem do agressor: *“Sempre soube que não era normal um casal viver como vivíamos, mas como ele não me batia, não liguei muito, depois eu também tinha os problemas de álcool, e a situação era muito grave, seria normal ele zangar-se”.*

No caso de E3 são também referidos os filhos como maior motivo para aguentar as agressões e vergonha do que os outros possam pensar e dizer: *“Eu levei 40 anos casada por vergonha, e por não dar que falar e para as minhas filhas, ninguém lhe sujar a cara, para ninguém lhe dizer a tua mãe deixou o teu pai e coisas assim”.* Um outro motivo é o facto de não ter para onde ir, não contar com o apoio de ninguém: *“O que me fez aguentar estas coisas todas foram as minhas filhas, e também não tinha para onde ir, não tinha ninguém, (...)”.*

As respostas de E4 foram similares; referencia os filhos e a vergonha relativamente aos que a rodeiam. Salienta que “(...) *não o meti em tribunal por causa dos meus filhos, tenho vergonha dos filhos dizerem olha a mãe metida em enrolos com o pai*” e terminado a afirmar que “(...) *Era uma vergonha, tal não seria o meu pai se eu me divorcia-se, mas também nunca me passou pela cabeça, porque eu gostava dele, e sabe a minha irmã diz que eu ainda gosto, e eu sabe não sei, se quer que lhe diga não sei, eu hoje vi-o de costa e deu –me uma pena que nem queira saber*”.

#### 1.4. Perfil dos agressores

Depois de efetuada a leitura das entrevistas organizou-se o ponto “perfil dos agressores” segundo as categorias e subcategorias seguintes:

Tabela 5 – Categorias e subcategorias de análise

<b>Categoria de análise</b>	<b>Subcategoria</b>
Relação com a vítima	Pai Filho
Infância do agressor	Presença de situações de agressão Violência Prostituição
Uso de substâncias pelo agressor	Álcool Drogas
Tipos de agressão	Física Psicológica Sexual Económica
Outros fatores	Ida para a guerra

O agressor de E1 era um homem que consumia muito álcool, não trabalhava sempre e era violento quer física quer psicologicamente. A entrevistada refere isto quando diz “*O meu marido bebia muito vinho não ia trabalhar muitos dias, se era para mondar ia de tarde ia quando lhe apetecia, (...)*”. Separaram-se e o agressor “*morreu queimado e um*



*desgraçado sempre bêbedo e ninguém lhe ligava”.* No que respeita ao filho que a agrediu, o cenário repetiu-se, é consumidor de álcool e agrediu a mãe física e psicologicamente. *“Mas ia sempre chamando-me nomes, puta dá-me o dinheiro puta, esta puta de merda não vale de nada. Eu dizia-lhe que isso era uma grande mentira eu nunca tinha tido mais homens nenhuns sem ser o seu pai, e pedia para se calar, rezando todos os dias para que aquilo não passe para outras coisas”.* De facto, *“É muito triste para uma mãe, depois de tudo o que passei para os criar, para eles terem tudo o que os outros tinham naquela época, nunca pensei que se chega a isto”.*

No entanto, o filho está a trabalhar e a fazer tratamento para o consumo de álcool, *“Agora anda a fazer tratamentos para a bebida, já acabou o trabalho, não sei como vai ser a sua vida, (...)”*, mas *“nunca faltou ao trabalho, ele trabalha nos O. (...), aqui na aldeia não faz mal a ninguém é só comigo, não sei porque, sofri com o pai por causa do vinho e agora com ele”.*

O E2 era um homem que consumia muito álcool, embora trabalha-se, violento quer física e psicologicamente abusando sexualmente da esposa. A entrevistada refere isto quando diz *“ (...) o J coloca – me na rua, eu já dormir na rua, ...)”*A sua vida é uma incerteza devido aos consumos de álcool *“(...)estava bêbedo chegou a abusar de mim, e cada vez que queria ter sexo era assim que fazia”.*

O E3 com o consumo de álcool era cada vez mais agressivo a entrevistada informa que *“Ele chegava á porta da rua e mesmo que estivesse tudo deitado ele batia a porta com toda a força era uma porta ferro, entoava tudo”.* Era detentor de armas e com as quais as ameaças eram constantes ” As minhas filhas não eram capazes de dormir sossegadas, tinham medo, ele tinha sempre a espingarda engatilhada, eu já não me importava morrer ou

não morrer, só me importava era as minhas filhas”. Esta mulhere não sabia o que fazer devido ao medo que tinha do marido pois todos os termos que utilizava eram ameaçadores “*Eu acendia a luz do candeeiro da baquinha, ele dizia “a puta hoje está com medo, levas pelos cornos á mesma, acendeste a luz para eu não encalhar não?”*”

Por fim, E4 descreve o ex-marido como alguém que teve uma infância traumatizante e assim que casaram teve de ir para a guerra, “*ele é que foi uma pessoa traumatizada uma vida inteira, ficou sem pais com 4 anos e meio, a minha sogra ficou viúva com 26 anos e era muito bonita, o meu sogro foi assassinado com 33 anos, mataram-no em Espanha a seguir à guerra de Espanha.*”, “*Ele foi criado pelos avós e pela tia A. e pelo tio J. (...).*”

Salienta que tem relações instáveis com os familiares até hoje: “*(...) é uma pessoa que não se relaciona com ninguém, principalmente com a família, está mal com o irmão, está mal com a irmã, pronto não se relaciona com ninguém, porque é uma pessoa completamente...ele é bipolar!*”.

Para além de tudo isto, como já foi referido, teve desde o segundo parto de E4, relações extraconjugais, “*(...)teve imensas amantes, uma morava ao pé de mim*”.

### 1.5. O funcionamento das entidades de 1ª linha

Depois de efetuada a leitura das entrevistas organizou-se o ponto “o funcionamento das entidades de 1ª linha” segundo as categorias e subcategorias seguintes:

Tabela 6 – Categorias e subcategorias de análise

Categoria de análise	Subcategoria
Polícia	(Des) conhecimento do apoio prestado nestes casos Recurso a esta entidade
Associações de apoio	(Des) conhecimento do apoio prestado nestes casos Recurso a esta entidade
Outros espaços /Casas	(Des) conhecimento do apoio prestado nestes casos Recurso a esta entidade

Em todos os casos foi referido que não contavam com o apoio de ninguém aquando das agressões, mas a GNR aparecia sempre que contactada. E1, por exemplo explica que um dia *“Ninguém apareceu, estava muito frio era Fevereiro e as pessoas moram muito para dentro as casa são fundas. Quando ouvi que ele não estava na rua liguei para a GNR e disse o que tinha acontecido, eles vieram logo”*. No entanto, explicou que não conhecia os apoios que as vítimas de violência doméstica podiam contar. A idosa disse que não sabia o que era e que não tinha ouvido dizer. Tomou atenção a uma reportagem na TV sobre isso e foi quando entendeu melhor. Dos apoios existentes do estado, incluindo indemnização, ninguém lhe falou em nada, logo a idosa não recorreu a esse apoio.

E2 relatou o episódio que a levou a procurar apoio numa casa abrigo: *“Um dia eu estava muito triste e ele disse-me para irmos passear até à Espanha e fomos, não sei o nome... lá bebemos muito e ele deixou num banco de rua, sem documentos, sem nada, veio para Portugal. Eu quando acordei e vi que estava sozinha, fui procurar um abrigo, uma casa dessas para sem abrigos, lá perguntaram-me de onde era e isso tudo, quando lhes contei eles não acreditaram, mas deram-me de comer e roupas”*. No entanto, voltou a Portugal quando o marido a foi lá buscar. Depois a situação agravou-se e teve que recorrer á GNR sendo encaminhada para uma casa abrigo,

E2 foi a única que esteve numa casa abrigo e refere que saiu, por não se adaptar ao espaço, *“Também já estive numa casa abrigo, mas depois não me adaptei, tinha que começar tudo de novo não é fácil com a minha idade.”*, *“Ainda estive na Casa Abrigo 2/3 semanas, mas eu gosto dele e tive pena dele, de ele estar sozinho sem ninguém vir”*.

Reconhece que estes apoios são essenciais: *“Claro que são, para muitas mulheres são a única casa que têm depois de fugirem da sua vida de violência”*.

A entrevistada E3 reforça que sempre esteve sozinha e que não contava com a ajuda de ninguém, *“Ninguém me ajudava em nada”*, mas um dia cansou-se das agressões e contou tudo à polícia, *“Nesse dia contei tudo e, as minha filhas, aos senhores da judiciária, anti-crime, uma assistente social e mais 4 ou 5 polícias todos ali comigo”*. Foi a partir daí que tomou conhecimento de casas abrigo para receber vítimas como ela: *“O chefe disse-me D. Isabel vocês têm que sair de casa e agora para onde vou? Voltou-se para as minhas filhas e disse-lhe que me levava para a Associação das Mulheres e que elas podiam ficar com o pai, senão têm que procurar outro sítio.”*, *“Lá me mandou ir à Associação das Mulheres para ir buscar comida”*.

Mas, no que toca à justiça, culminou a entrevista salientando que *“(…) tive que contar tudo a toda a gente, não me calei, sabe o que ele apanhou? 3 anos de pena suspensa, não lhe deram mais nada”*.

No caso de E4 não houve referência a nenhum tipo de apoio dado que ela não se considera vítima de violência, apenas de traições ao longo do casamento e agora afirma sofrer de violência psicológica, por mensagens de telemóvel. Nunca procurou ajuda.

## **2. Discussão de resultados**

O envelhecimento é um facto constatado a nível mundial, com diversas repercussões na sociedade, sendo a violência nas pessoas idosas uma das mais preocupantes, em Portugal, a zona mais envelhecida é o Alentejo (Lopes et al., 2014).

São inúmeras as teorias explicativas desenvolvidas no âmbito da violência contra as pessoas idosas, estando pois influenciadas pela heterogeneidade dos fatores de risco anteriormente apresentados na investigação (Ferreira-Alves, 2005). Desta forma, os fatores de risco mais referenciados dizem respeito às variáveis individuais, da vítima ou do agressor, como também a variáveis de contexto. Já os aspetos culturais, associados às representações coletivas de significados de envelhecimento e de violência, constituem uma dimensão que na grande maioria dos casos se encontra ausente das matrizes teóricas que identificam e sistematizam os principais fatores de risco, sendo enfatizados apenas os fatores psicológicos, sociais e contextuais (Del Corral, Garcia-Armesto, Pajares, Otero e Ruipérez, 2004; mercúrio e Nyborn, 2007; Mouton et al., 2006; Patterson e Malley-Morrison, 2006 citados por Instituto Nacional de Saúde [INSA], 2014).

Neste sentido, têm surgido alguns estudos, sobretudo de natureza qualitativa, que têm vindo a ressaltar a importância que a perspetiva cultural tem na explicação deste fenómeno, chamando a atenção para os mitos, crenças e estereótipos que podem encontrar-se subjacentes às perceções coletivas de violência (Del Corral, Garcia-Armesto, Pajares, Otero e Ruipérez, 2004; Mercúrio e Nyborn, 2007; Mouton et al., 2006; Patterson e Malley-Morrison, 2006 citados por INSA, 2014).

Na análise da violência como um problema social e político, multidimensional, onde intervêm vastos fatores explicativos, os aspetos socioculturais não podem ser ignorados. O modelo socioecológico possibilita um enquadramento teórico de violência, multifatorial e compatível com a complexidade do problema, na medida em que engloba uma heterogeneidade de fatores de risco (Nahmiash, 2002; Schiamberg e Gans, 1999; Séver, 2009; World Health Organization, 2010 citados por INSA, 2014).

No estudo em concreto, face aos resultados já apresentados, os dados recolhidos das entrevistas com as quatro mulheres, com idades compreendidas entre os 67 e 83 anos, refletiram o facto comum de que todas elas passaram ao longo da sua vida por momentos muito difíceis e complexos, apesar terem formações e profissões distintas, todas têm atualmente filhos independentes.

Na primeira categoria, o percurso das mulheres, entendeu-se que todas estas pessoas tiveram diversos tipos de vivências na sua infância e juventude, embora a maioria tivesse nascido e crescido em ambiente rural. Na abordagem ao tema pode-se averiguar que das quatro entrevistas só numa existia violência doméstica na sua família, em duas foram vítimas enquanto crianças em que uma delas foi hoje o agressor, só na entrevista quatro é que subsistia a violência mas dita "normal".

Já no que toca ao percurso dos agressores, foi mais tumultuoso, ora porque tinham crescido em famílias onde já haviam conhecidas as agressões, ora porque foram militares na guerra, ora porque o consumo de álcool os transformou.

Segundo dados recolhidos do Caderno de Violência Contra a Pessoa Idosa (Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde [CODEPPS], 2007) verificou-se que o perfil da vítima e do agressor é muito semelhante aos dados recolhidos no nosso estudo:

#### **Perfil da vítima:**

- Mulher, viúva, maior de 75 anos;
- Vive com a família;
- Rendimento até dois salários mínimos;

- Débil psicologicamente e fisicamente;
- Idoso frágil ou em situação de fragilidade;
- Com comportamentos aditivos constantes.
- Sofrem de perturbações comportamentais (e.g. Alzheimer).

#### **Perfil do agressor:**

- Filho, filha ou cônjuge da vítima;
- Consome álcool ou droga;
- Apresenta conflito relacional com a pessoa idosa;
- Sofrem perturbações mentais e problemas do foro psiquiátrico.

A grande maioria dos estudiosos lembra ainda, a forte associação existente entre maus tratos e dependência química, sendo que segundo Anetzberger. (2005), 50% dos abusadores entrevistados pelo seu grupo apresentavam problemas alcoólicos. Esses autores e Chaves (2002) assinalam que os agressores físicos e emocionais dos idosos utilizam drogas e álcool, numa escala três vezes maior, que os não abusadores (CODEPPS, 2007).

Segundo Dias (2004, p. 125) muitos dos agressores viveram em lares em que as agressões eram uma constante isto porque viam “os pais bater nas suas mães e foram eles próprios, igualmente vítimas de violência parental”. A problemática da dependência e da vinculação são fundamentais no desenvolvimento da história da violência. Nas recordações de pais e filhos violentos, sendo aqueles espectadores mais ou menos passivos ou alvos dessa mesma violência, encontramos situações semelhantes “que parecem fazer deste um processo de certa forma hereditário” (Alarcão, 2000 p. 289).

Os casos analisados refletem diversos tipos de violência, de acordo com a tipologia proposta pelo comité nacional de abuso de idosos nos Estados Unidos (Tatara et al., 1998),

definindo como: abuso físico - o uso não accidental da força física que pode resultar em ferimentos corporais, em dor física ou em incapacidade; Abuso emocional ou psicológico - infligência de angústia, dor ou aflição, por meios verbais ou não verbais; a humilhação,

Exploração material ou financeira - uso ilegal ou inapropriado de fundos, propriedades ou bens do idoso.

Uma das idosas referiu que o filho era o atual agressor. Pode-se deduzir que o progenitor terá deixado “uma dúvida básica quanto ao ser-se amado pela figura de vinculação principal e um sentimento de falha básica que uma vida inteira não chega para corrigir, tendo assim a autoestima muito reduzida. Deste modo, o indivíduo mal tratado e vítima da injustiça dos homens, vai ” dominar as suas inseguranças submetendo outros mais fracos ao seu poder, vai vingar-se e aliviar a raiva que sente, enchendo os outros dos seus afetos negativos e vai tentar criar uma identidade que lhe permite, afinal, saber quem é e o que pode fazer” (Alarcão, 2000, p.290).

Verifica-se, noutro caso, a existência de uma dependência económica associada ao consumo de álcool por parte da vítima e agressor, levando a episódios de violência psicológica e física e em algumas situações com tentativa de abuso sexual.

De acordo com Dias (2017) os homens estão socializados para a violência e ao “mesmo tempo acreditam que as mulheres são sua propriedade, sobretudo quando são economicamente dependentes deles (...)”. Neste caso a vítima dependia do agressor visto não auferir rendimentos para se sustentar, o que prova que a dependência económica é um fator de risco. A vítima regressa a casa uma vez que depende emocionalmente deste homem, é uma pessoa vulnerável já que fica exposta a possíveis agressões quer físicas, psicológicas e até isolamento social por parte da comunidade em que está inserida.



Na violência conjugal existe uma interdependência relacional e de vinculação, entre ambos os indivíduos, pois se por um lado o agressor necessita da vítima para afirmar a sua identidade, esta não consegue sair da relação ou deste ciclo de vivência por não saber se definir fora dele (Alarcão, 2000).

Por outro lado, E3 teve uma história de vida particularmente diferente das anteriores, pois nunca tinha vivenciado alguma experiência de violência doméstica, só o seu marido é que tinha tido passado por tal situação e com a qual nunca conseguiu afastar-se, reproduzindo o que tinha vivido em sua casa.

Segundo Perrone e Nannini (2011, p. 61), esta violência não tem pausas, uma vez que para o agressor este é o comportamento que deve ter, bem como a vítima que se conforma com o que a vida lhe impõe, sendo ainda de frisar que ao ser continua esta “violência permanece escondida y toma un carácter íntimo y secreto”.

De salientar que nestes relacionamentos existe uma dependência emocional para com o agressor, que pode estar interligada ao *status* que o papel da mulher tem na sociedade, isto é de subordinação, bem como para com a família.

O divórcio é sempre uma hipótese de difícil decisão, uma vez que a mulher perde o estatuto de esposa conforme referem Dobash e Dobash (citados por Dias, 2004, p. 136) “sair de casa permanentemente significa desistirem do estatuto de esposa e assumir o estatuto estigmatizado de divorciada”.

Na entrevista de E4 percebeu-se que se tratava de uma mulher que sempre presenciou situações de violência, transportando o comportamento materno para a sua vida conjugal. Constata-se pela descrição que a violência física era uma constante com episódios

graves, em que o agressor tem o domínio total da vítima não lhe dando a esta oportunidade de defesa.

Por conseguinte “a natureza estrutural da violência contra as mulheres é baseada no género, e que a violência contra as mulheres é um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens” (Convenção Istambul, 2011, p. 3).

Seria de facto a sua casa o lugar onde a família se deveria sentir mais segura mas como a própria senhora o refere tinha medo isto porque as ações praticadas eram as mais violentas assim “este mito e idealização de vida familiar são responsáveis pela tendência para evitarmos olhar a violência doméstica e por a não condenarmos enquanto prática presente na educação dos filhos, no relacionamento conjugal e em outras interações familiares” (Dias 2004, p.55).

Averigua-se então que a violência doméstica é transversal a todas as classes sociais e escolaridade. No entanto é pertinente referir que nas situações em que o capital social é mais baixo prevalece as disposições para o fenómeno da violência, tal como expõe Casimiro (citado por Dias, 2004, p. 80), “a tolerância relativamente à violência aumenta à medida que a escolaridade é mais baixa e a profissão menos qualificada, verificando-se o inverso nas mulheres em que o capital escolar, económico e cultural é mais elevado. (...)”.

Assim a violência doméstica praticada sobre estas mulheres em contexto familiar demonstra que quer esta seja “física, sexual, psicológica ou económica (...), no espaço que deveria constituir um lugar de tranquilidade e que, muitas vezes, é um lugar de medo e terror, quer o agressor partilhe ou tenha partilhado a mesma habitação que a vítima (Magalhães, 2005).

## Conclusões

Através do presente estudo foi possível clarificar os fatores associados à violência doméstica na mulher idosa, bem como perceber se as crenças das mulheres idosas vítimas de violência doméstica são um fator de risco.

Compreendeu-se que os motivos que levam a casamentos duradouros com violência são sobretudo a existência de filhos e o medo que as mulheres sentem relativamente ao que a família e a sociedade irão pensar sobre si. Os agressores, sejam maridos ou filhos, tiveram problemas de infância relacionados com agressões, estiveram na guerra e/ou consomem álcool.

Por fim, percebeu-se que pouco ou nada conheciam do funcionamento de entidades de 1ª linha, nomeadamente no que diz respeito à forma como sinalizam e encaminham estas vítimas para os respetivos serviços.

É importante a abordagem deste tema, uma vez que a violência doméstica sobre pessoas idosas surge como um problema da atualidade.

A pesquisa efetuada permitiu entender que as pessoas que são vítimas de crime, muitas vezes não sabem, ou têm dúvidas sobre o que fazer. Necessitam de alguém, que de uma forma amiga e solidária, as possa escutar, compreender e ajudar.

O estudo teve limitações devido ao número reduzido da amostra o que impossibilitou a generalização de resultados.

Seria interessante para futuro estudos uma investigação mais aprofundada acerca deste fenómeno, uma vez que seria a melhor forma de as entidades de primeira linha,

entenderem ou abordarem esta questão e detetá-la o mais precocemente possível, e encaminhar/atender esta população vulnerável para as entidades competentes.

Desta forma estas investigações possam vir a contribuir com resultados mais impactantes e que assim possa contribuir para uma melhoria dos Planos Nacionais de Luta Contra a Violência Doméstica, isto é que esteja explanado nos mesmo como agir e atuar perante tais situações e as medidas a adoptar.

Interessante e muito importante também seria um estudo ao nível da frequência destas vitima após o acolhimento em casas abrigo, em termos de autonomização. Tendo em conta que não existe respostas para estas vítimas devido à faixa etária, uma vez que não têm idade para ingressarem no mercado de trabalho e por outro lado os Lares residências não são a resposta mais correta.

Uma mais valia do estudo sobre esta tipo de vitimas seria o trabalhar ao nível da prevenção dos maus tratos com acções de sensibilização recorrendo a diversas entidades com responsabilidade social, como associações, sociedades recreativas, universidades seniores, juntas de freguesia, centros de saúde, GNR e PSP.

Com o intuito de dar a melhor informação sobre a problemática, como recorrer quando necessário, os serviços existentes, desmistificando o papel da mulher na sociedade, para que desta forma os números de vitimas de violência doméstica nesta faixa etária sejam mais reduzidos.

De reter que a violência, seja ela de que nível for dentro do seio conjugal, tem vindo, tendencialmente a ser apresentada, designando atos de violência praticados pelo agressor, homem, contra vítima mulher. O uso deste conceito tem sido predominante, várias publicações internacionais e nacionais divulgam com maior ênfase o conceito nesse

sentido, possivelmente, pela dimensão em que decorrem estas ocorrências e da sua difusão em várias culturas, tratando com maior predominância a violência infligida sobre a mulher. Desta forma, as relações díspares de poder entre homens e mulheres, a partir de papéis como comportamentos e atributos socialmente construídos e considerados apropriados para homens e mulheres, são apontadas como causa de atos violentos praticados contra mulheres.

Espera-se que, em estudos futuros, se possa alargar o leque de entrevistadas de forma a aumentar a base de dados recolhidos, contribuindo para a luta contra a problemática da violência.

### Referências

- Alarcão, M. (2000). *Desequilíbrios familiares, uma visão sistémica*. Coimbra: Edições Quarteto.
- Albano, M., Silva, M., Massena, A., Fernandes, C., Ravara, D., Ribeiro, M.F., ..., Pena, S. (2016). *Violência Doméstica, Implicações Sociológicas, Psicológicas e Jurídicas do Fenómeno Manual Pluridisciplinar*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Almeida, M. (2009). *Violência Conjugal e Álcool: (In)Existência de uma relação Causal?*. Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses. Universidade de Coimbra: Faculdade de Medicina.
- Almeida, T. (2012). O ciúme romântico atua como uma profecia autorrealizadora da infidelidade amorosa? . *Estud. psicol. (Campinas) [online]*. 29(4), 489-498.
- Anetzberger, G. (2005). The Reality of Elder Abuse. *Clinical Gerontologist* 28(1-2), 1-25.
- APAV (2018). *Estatísticas APAV. (2013-2017). Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência*. Lisboa: APAV.
- APAV (2018). *Estatísticas APAV. (2013-2017). Crimes de Violência Doméstica. Violência Filoparental*. Lisboa: APAV.
- Azevedo, N. (2013). Fatores de riscos e tipologias dos agressores conjugais. Mestrado em criminologia. Faculdade de Direito: Universidade do Porto.
- Bogdan, R. & Biklen, S., (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Brandão, A. (2007). *Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica*. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Campos, M. (2012). *Um Estudo Fenomenológico da Experiência de Rapto Parental*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISPA.

Chaves, N. (2002). *Violence Against Elderly*. Disponível em: <http://www.health.org/referrals/resguides.asp>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) (2013a). *Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género. A Plataforma de Ação de Pequim (1995-2005)*. Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/Plataforma-Accao-Pequim-PT.pdf>

CIG (2013b). *Missão, Visão e Valores*. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/a-cig/missao/>

Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde [CODEPPS]. (2007). *Caderno de Violência Doméstica e Sexual Contra Crianças e Adolescentes*. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde.

Conselho da Europa (2011). *Conclusões do Conselho, de 7 de Março de 2011, sobre Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011-2020)*. Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011XG0525\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011XG0525(01)&from=PT)

Conselho da Europa (2011). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*. Istambul: CIG.

Costa, M. A. (2002). *Cuidar idosos. Formação, prática e competências dos enfermeiros*. Coimbra: Formasau.

Costa, I., Pimenta, Â., Brigas, D., Santos, L. & Almeida, S. (2009). Maus tratos nos idosos. Abordagem nos Cuidados de Saúde Primários. *Rev Port Clin Geral*, 25, 537-42.

Costa, D. (2017). *Violências de Género. Matrizes Teóricas da Violência de Género*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

Creswell, J. (2007). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches*. London: Sage Publications.

Decreto Regulamentar n.º 2/2018 de 24 de janeiro. Diário da República n.º 17/2018 – I Série. Lisboa: Adjunto.

Dias, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto: Afrontamento.

Dias, I. (2005). Envelhecimento e violência contra os idosos. *Revista da Faculdade de letras* 15, 249-273.

Dias, I. (2017). *Violências de Género. Matrizes Teóricas da Violência de Género*. Lisboa: Edições ISCSP.

Estratégias de Combate à Violência Doméstica (2003). *Manual de Recursos*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

Faleiros, V. (2007). *Violência Contra Idosos, Ocorrências, Vítimas e Agressores*. Brasília: Editora Universal.

Ferreira-Alves, J. (2005). Abuso e negligência de pessoas idosas: contributos para a sistematização de uma visão forense de maus-tratos. In R. Abrunhosa Gonçalves & Carla Machado (Eds). *Psicologia Forense*. Coimbra: Quarteto Editora.



Fortin, M.-F. (2003). *O processo de investigação: da concepção à realização*. 3.<sup>a</sup> ed. Loures: Lusociência.

Fulmer, T. (2004). Avaliação de abuso e negligência de idosos. *Enfermagem em Dermatologia*, 16 (5), 473-482.

Giddens, A (2001). *Sociologia* (6<sup>a</sup> Edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gil, A.C (1991). *Métodos e Técnica de Pesquisa Social*. (3<sup>a</sup>ed). São Paulo: Editora Atlas.

GNR (2019). *Policiamento Comunitário e os Programas Especiais na GNR*. Disponível em: [https://www.gnr.pt/ProgEsp\\_main.aspx](https://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx)

Groenewald, T. (2004). A Phenomenological Research Design Illustrated. *International Journal of Qualitative Methods* 3(1), 1-27.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Sentido e formas de uso. Estoril: Principia Editora.

Henriques, E., Belchior, C., Cotrim, D., Belo, J., Santos, P., Batista, A., Silvestre, V. & Lourenço, V. (1999). *Manual Alcipe para o Atendimento de Mulheres Vitimas de Violência, Compreender/Proceder*. Lisboa: APAV.

Instituto Nacional de Saúde (INSA) (2014). *Relatório científico. Envelhecimento e violência*. Disponível em: [repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/2584/3/Relatório%20Científico%20EV.pdf](https://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/2584/3/Relatório%20Científico%20EV.pdf)

Lei n.º 61/91, de 13 de agosto. Diário da República nº 185/91 – I Série A. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 65/98, de 02 de setembro. Diário da República nº 202/98 – I Série A. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 7/2000, de 27 de maio. Diário da República n.º 123/2000 – I Série A. Lisboa:  
Assembleia da República.

Lei n.º 59/2007, de 04 de setembro. Diário da República n.º 170/2007 – I Série A.  
Lisboa: Assembleia da República.

Lei 104/2009 de 14 de setembro. Diário da República n.º 178/2009 – I Série  
Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro. Diário da República n.º 180/2009 – I Série.  
Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 16/2018, de 27 de março. Diário da República n.º 61/2018 – I Série. Lisboa:  
Assembleia da República.

Lei n.º 44/2018, de 9 de agosto. Diário da República n.º 153/2018 - I Série. Lisboa:  
Assembleia da República.

Lopes, M. Mendes, F. Silva, A. (2014). *Envelhecimento, Estudos e Perspectivas*.  
São Paulo: Martinari.

Machado, C., & Gonçalves, R. A. (Coords.). (2002). *Violência e vítimas de crimes*  
(vol. I – Adultos). Coimbra: Quarteto.

Matos, M., & Machado, A. (2011). *Violência Doméstica: Intervenção em Grupos*  
*com Mulheres Vítimas. Manual para Profissionais. Comissão para a Cidadania e Igualdade*  
*de Género.*

Magalhães, M. (2005). *A Violência nas Relações de Intimidade - Um contributo*  
*para a definição de alguns conceitos. Centro de Investigação e Intervenção Educativas:*  
*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto*

Manita, C. (2008). Programas de intervenção em agressores de violência conjugal. Intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar integrar – revista de reinserção social e prova*, 1, 21-32.

Manita, C., Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vitimas. Violência Doméstica Compreender para Intervir*. Lisboa: CIG.

Matos, E. (2003). *Estratégias de Combate à Violência Doméstica. Manual de Recursos*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

Mello, M., Barrias, J. & Breda, J. (2001). *Álcool e Problemas Ligados ao Álcool em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral da Saúde.

Mendes, E. & Cláudio, V. (2010). *Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica* (pp. 3219-3230). Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho.

Minayo, M. (1989). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade* (18 ed.) Petrópolis: Vozes.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) (2009). *A dependência: o apoio informal, a rede de serviços e equipamentos e os cuidados continuados integrados*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002). *Relatório Mundial da Violência e Saúde*. Genebra: OMS.

Perdigão, A., Menezes, B., Almeida, C., Machado, D., Chaves da Silva, M., & Prazeres, M., (2016). *Violência Interpessoal, Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde* (2ª ed.). Lisboa: Direcção-Geral de Saúde.

Perista, H., Silva, A. & Neves, V, (2010). *Violência contra Mulheres idosas em Relações de Intimidade*. Lisboa: CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

Perrone, R. & Nannini, M. (2011). *Violencia y abusos sexuales en la familia. Una visión sistémica de las conductas sociales violentas*. Buenos Aires: Paidós Terapia Familiar.

Poiares, C., Guimarães, P., Duque, J., & Marques, F., (2010). *Manual Títono, Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência*. Lisboa: APAV.

PORDATA (2019a). *Indicadores de envelhecimento*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526>

PORDATA (2019b). *Taxa de emprego: total e por sexo (%)*. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-549](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-549)

PORDATA (2019c). *Reclusos: total e por sexo*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Reclusos+total+e+por+sexo-271>

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramos, S. (2011). *Os agressores de pessoas idosas*. Dissertação de Mestrado em Educação para a Saúde. Universidade do Porto: Faculdade de Medicina e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Reis, F. L. (2010). *Como elaborar uma Dissertação de Mestrado segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor. Sistema de Segurança Interna (2017). RASI - *Relatório Anual de Segurança Interna 2017*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>

Resolução da Assembleia da República n.º 31/99. Diário da República n.º 87/1999 -

I Série A. Lisboa: Assembleia da República.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99. Diário da República n.º 137/1999 – I

Série B. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003. Diário da República n.º 154/2003

- I série B. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007. Diário da República n.º 119/2007

- I série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010. Diário da República n.º

243/2010 – I Série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013. Diário da República n.º

253/2013 – I Série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018. Diário da República, n.º 97 - I

Série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Rosas, I. (2015). *Idoso, Vulnerabilidade, Risco e Violência: Que medidas de proteção?*. Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social. IPP: Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Silva, A. & Pinto, J. (org.) (1986). *Metodologias das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Tatara, T., Kuzmeskus, L., Duckhorn, E. & Bivens, L. (1998). *The National Elder Abuse Incidence Study*. Disponível em: [https://acl.gov/sites/default/files/programs/2016-09/ABuseReport\\_Full.pdf](https://acl.gov/sites/default/files/programs/2016-09/ABuseReport_Full.pdf)

Trindade, R., Almeida, A. & Rozendo, C.A (2008). Infidelidade Masculina e Violência Doméstica. Vivência de um Grupo de Mulheres. *Ciencia y Enfermeria* 14(2), 39-46.

União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) (2018). *Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR. Dados 2018*. Disponível em: [http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/OMA\\_FEMIC%C3%8DDIO\\_Relat%C3%B3rio\\_2018\\_em\\_18\\_02\\_2019.pdf](http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/OMA_FEMIC%C3%8DDIO_Relat%C3%B3rio_2018_em_18_02_2019.pdf)

UNICEF (2000). La Violencia Doméstica contra Mujeres y Niñas. *Innocenti Digest*, 6, 1-29.

Ventura, M., Ferreira, M. & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: Crenças e Atitudes de Estudantes do Ensino Secundário. *Revista de Enfermagem*, III(11), 95-103. Anexos

## Anexos

### Anexo I – Grelha Analítica

Grelha analítica	
Problemática	Dimensões
<b>Trajectoria familiar</b>	<p>Percurso de vida familiar- a relação familiar entre os pais e a própria pessoa</p> <p>Agregado familiar – quantas pessoas pertencia ao agregado familiar para além da própria pessoa</p> <p>Agregado familiar – depois do casamento quantos filhos tiveram</p> <p>A existência de violência doméstica na vida quotidiana foi um marco para que a experiencia matrimonial permanecesse assim</p> <p>Esta violência era praticada onde e na presença de filhos</p>
<b>Percurso escolar ou profissional</b>	<p>Nível de escolaridade</p> <p>Profissões desempenhadas</p> <p>Quais as ambições que desejava-gostaria de ter terminado a escolaridade ou desempenhar alguma profissão</p>
<b>Trajectoria geográfica/habitacional</b>	<p>Local de nascimento</p> <p>Locais de residências</p> <p>Aspiração quanto á residência - a casa e a localidade sempre foram nos locais que desejou ou a opinião/desejos não eram tidos em conta</p>
<b>Violência Doméstica</b>	<p>Que atos de violência foram/são praticados</p> <p>Fatores associados à violência doméstica – o que motivou/levou para que a violência fosse uma presença na vida diária</p> <p>O agressor vivenciou estas situações</p> <p>A duração deste crime público (violência doméstica)</p>
<b>Situação da problemática atual</b>	<p>Respostas existentes, para a violência doméstica</p> <p>Qual a solução encontrada para o problema existente</p> <p>Conhecimento ou não das soluções para a questão da violência doméstica</p> <p>Respostas mais rápidas e adequadas</p>

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
<b>Contexto familiar</b>	Caracterizar o agregado familiar de origem	Perceber se a sua vida familiar já era vivida em ambiente violento, sendo por isso “normal”
Contexto conjugal	Como foi a sua vivência durante a sua conjugalidade e a importância dos filhos	Compreender os fatores que levaram estas mulheres a suportar a violência
<b>Percursos escolar e profissional</b>	Quais as habilitações escolares e as profissões que desempenhou. O rendimento auferido era gerido por quem. Mostrava vontade de mudança ou era submissa.	Perceber se a escolaridade é um fator potencializador de maus tratos bem como as profissões. Compreender como eram geridos os rendimentos destes agregados e a autodeterminação da pessoa
Trajetoória geográfica/residencial	Zona do país em que nasceu, os locais em residiu tiveram influência em toda esta situação de violência. Qual a sua vontade de mudança de residência ou localidade.	Compreender se o fenómeno é reservado a zonas mais rurais ou urbanas e a importância desta para a vítima
<b>Violência doméstica</b>	Quem é o ou a agressor(a) Quando se consciencializou que era vítima de VD. O que levou a esta situação.	Entender quem praticou o crime e o porque, quando a vítima teve noção do seu estado e se fatores como o álcool são apontados como motivos para violência.
Situação da problemática na atualidade	Quem colaborou para a solução do problema. As respostas existentes em Portugal são as adequadas e as necessárias para pessoas com mais de 65 anos.	Quem sinalizou o problema e como foi solucionado, devido à idade. Descobrir se as idosas têm ou ficaram com alguns conhecimentos acerca das respostas existentes e as suas opiniões.



## **Anexo II – Guião de Entrevista**

### **Guião de Entrevista**

Eu, Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro, aluna de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária no Instituto Politécnico de Santarém, encontro-me a desenvolver uma dissertação debruçada sobre a “Violência Doméstica sobre as mulheres idosas”.

Esta investigação tem como objetivo geral “compreender e identificar os principais fatores em que estão assentes esta violência”, isto é compreender na ótica das vítimas quais os fatores que contribuíram para a violência de que são vítimas.

Os resultados desta investigação apenas serão utilizados a nível científico e sem divulgação da identidade, uma vez que esta é sigilosa.

.

### **Entrevista**

#### **1 Trajetória familiar**

- Caracterize o seu percurso familiar, tendo em conta como era a sua família de origem. Tendo em conta o relacionamento entre os seus pais e a senhora
- Qual a importância do agregado familiar (filhos(as) outros)
- Como descreve a sua experiência matrimonial, isto é a violência doméstica modificou a sua vida em que medida. Porque permanecer nesse casamento/união de facto. Esta violência era praticada na presença de quem?

#### **2- Percurso escolar e/ou profissional**

- Qual é a escolaridade? Pensa que é um fator que possa ter contribuído para existência de maus tratos?
- A nível profissional, quais foram as profissões ou trabalhos que desempenhou?
- Os rendimentos eram geridos por quem?

- A vontade de mudar o percurso de vida era um desejo ou a submissão por ser mulher era um motivo muito forte?

### **3- Trajetória geográfica/habitacional**

- A zona do país onde reside é um fator importante para a existência de violência doméstica? Ou esta teria sempre ocorrido noutra local?
- Teria escolhido ir morar para outro local se tivesse tido essa oportunidade?

### **4- Violência Doméstica**

- No seu caso em particular o seu agressor(a) é?
- Quando percebeu que era vítima de violência doméstica?
- Quais os fatores que estão associados a esta problemática? Isto é se havia ou há consumo de álcool ou outras substâncias.
- Com a idade a pessoa fica mais vulnerável, foi um fator que agravou toda a situação vivenciada?
- Há quanto tempo existe ou existia esta violência?

### **5- Situação da problemática na atualidade**

- Hoje a situação de violência está resolvida, quem ou como a solucionou?
- Quais os motivos que a levaram a permanecer nesta situação?
- O que pensa sobre as respostas existentes para as mulheres idosas vítimas de violência doméstica?
- A violência que esteve presente na sua vida deixou marcas, o que mudava?

### Anexo III – Consentimento Informado

#### Termo de consentimento informado

Esta entrevista insere-se no âmbito da preparação da dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária pelo Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação, desenvolvida pela mestranda Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro, sob orientação da Professora Doutora Luísa Delgado.

É dirigida às mulheres idosas vítimas de violência doméstica em contexto familiar.

O propósito deste estudo é compreender a violência em contexto familiar em mulheres idosas, através de narrativa em primeira pessoa.

Asseguro que o que for registado será respeitosamente utilizado e que serão mantidos em sigilos e em anonimato todas as informações contidas nesta investigação/estudo, inclusive na divulgação da mesma, será entregue uma cópia deste termo de consentimento informado,

Eu -----, data nascimento -----  
/-----/-----, estado civil -----, escolaridade ----- residência -  
----- declaro ter sido informada e estar ciente dos  
propósitos e termos em que decorrerá o presente estudo, da participação voluntária no  
mesmo, dos limites da confidencialidade e das demais questões, disponho-me a participar  
no mesmo e a responder de forma sincera

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura